



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JULIANA DE BARROS SOUTO

**A CONSTITUIÇÃO DO MARACATU DE BAQUE SOLTO  
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO  
À LUZ DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS**

---

Londrina  
2025

JULIANA DE BARROS SOUTO

**A CONSTITUIÇÃO DO MARACATU DE BAQUE SOLTO  
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO  
À LUZ DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeri Passos Baltazar Machado

Londrina  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Souto, Juliana de Barros .

A CONSTITUIÇÃO DO MARACATU DE BAQUE SOLTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO À LUZ DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS / Juliana de Barros Souto. - Londrina, 2025.

96 f.

Orientador: Rosemeri Passos Baltazar Machado.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Maracatu de Baque Solto - Tese. 2. Patrimônio Imaterial - Tese. 3. Discurso - Tese. 4. Práticas Sociais - Tese. I. Machado, Rosemeri Passos Baltazar . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

JULIANA DE BARROS SOUTO

**A CONSTITUIÇÃO DO MARACATU DE BAQUE SOLTO COMO  
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO À LUZ DOS  
ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Rosemeri Passos Baltazar  
Machado  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof Dr. José Miguel Arias Neto  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profª Drª Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 18 de março de 2025.

*Aos brincantes de Maracatu Rural...*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, meu guia e protetor.

À minha orientadora, Dra. Rosemeri Passos Baltazar Machado, pelas preciosas colaborações.

À banca, pela disponibilidade em contribuir na construção deste estudo.

À Denise Santos, pela amizade e parceria que construímos durante esse percurso.

À minha mãe e minha vó, por todo o apoio.

À minha gatinha, Luzia, que nos deixou no dia 26/10/2024, mas que esteve ao meu lado em quase toda a escrita deste trabalho.

“Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.”

João Cabral de Melo Neto

## RESUMO

SOUTO, Juliana de Barros. **A constituição do Maracatu de Baque Solto como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro à luz dos estudos discursivos foucaultianos**. 2025. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

O Maracatu de Baque Solto, também conhecido como Maracatu Rural, é uma manifestação cultural com origem em uma brincadeira nos momentos de descanso durante o corte de cana nos engenhos de açúcar da Zona da Mata Norte de Pernambuco, aproximadamente entre o final do século XIX e o início do século XX. Em 2014, essa expressão foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, após a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), em conjunto com uma equipe de pesquisadores e integrantes dos grupos de Maracatu, elaborar um Dossiê de candidatura. Esse documento apresentou aspectos históricos, geográficos e sociais que foram avaliados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), resultando no reconhecimento oficial do Maracatu Rural. O objetivo deste estudo é compreender a constituição do Maracatu de Baque Solto como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro a partir da perspectiva teórico-metodológica dos estudos discursivos desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault. Para isso, analisamos o processo utilizando, inicialmente, os conceitos de proveniência e emergência, com o intuito de demonstrar a irrupção do documento que possibilitou o reconhecimento do título. Em seguida, identificamos procedimentos de controle de produção discursiva no *corpus* de pesquisa – o *Dossiê do Maracatu de Baque Solto* –, especialmente no bloco “Registro e Salvaguarda”, para evidenciar a teia de relações de poder que permearam esse processo. As análises confirmam a tese foucaultiana de que os discursos estão inseridos em uma ordem, sendo selecionados, organizados e controlados, e que, por meio deles, os poderes se exercem, configurando um jogo de relações entre os sujeitos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo, este trabalho contribui para a compreensão da história como um campo de forças no qual saberes e poderes influenciam e moldam a trajetória das práticas sociais e dos processos de subjetivação dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Maracatu de Baque Solto; Patrimônio Imaterial; Discurso; Práticas Sociais.

## ABSTRACT

SOUTO, Juliana de Barros. **The constitution of Maracatu de Baque Solto as Brazilian Intangible Cultural Heritage in light of Foucauldian discourse studies.** 2025. 96 p. Dissertation (Master's in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2025.

Maracatu de Baque Solto, also known as Maracatu Rural, is a cultural manifestation that originated as a form of play during breaks in sugarcane cutting at sugar mills in the Zona da Mata Norte region of Pernambuco, approximately between the late 19th and early 20th centuries. In 2014, this expression was recognized as Brazilian Intangible Cultural Heritage after the Pernambuco Historical and Artistic Heritage Foundation (FUNDARPE), in collaboration with a team of researchers and members of Maracatu groups, prepared a nomination dossier. This document presented historical, geographical, and social aspects, which were evaluated by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN), resulting in the official recognition of Maracatu Rural. This study aims to understand the constitution of Maracatu de Baque Solto as Brazilian Intangible Cultural Heritage through the theoretical and methodological lens of discourse studies developed by philosopher Michel Foucault. To this end, we analyzed the process by first applying the concepts of provenance and emergence to demonstrate the appearance of the document that enabled the recognition of the heritage title. Subsequently, we identified procedures for controlling discursive production within the research corpus – the Maracatu de Baque Solto Dossier – particularly in the section “Registry and Safeguarding,” to reveal the network of power relations underlying this process. The analyses confirm Foucault’s thesis that discourses are embedded within an order, being selected, organized, and controlled, and that power is exercised through them, shaping a web of relationships among subjects. Through bibliographic and documentary research of a qualitative nature, this work contributes to the understanding of history as a field of forces, where knowledge and power influence and shape the trajectory of social practices and processes of subjectivation.

**Keywords:** Maracatu de Baque Solto; Intangible Heritage; Discourse; Social Practices.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Coroação de uma rainha negra.....	44
<b>Figura 2</b> – Maracatu Estrela Brilhante no Carnaval do Recife.....	46
<b>Figura 3</b> – Dama do paço com a boneca calunga .....	47
<b>Figura 4</b> – Surrão utilizado pelos caboclos de lança na sede do Maracatu Águia Misteriosa em Nazaré da Mata – PE.....	50
<b>Figura 5</b> – Apresentação do Maracatu de Baque Solto Estrela de Ouro de Aliança na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE), em Olinda, Pernambuco.....	51
<b>Figura 6</b> – Ensaio do Maracatu Leão Misterioso em Nazaré da Mata.....	54
<b>Figura 7</b> – Encontro de Maracatus no Cruzeiro da Bringa em um antigo engenho de açúcar no município de Tracunhaém – PE.....	55
<b>Figura 8</b> – Trecho final do parecer que aprova a inscrição do Maracatu Rural no Livro de Registro das Formas de Expressão.....	70
<b>Figura 9</b> – Capa do Dossiê.....	74
<b>Figura 10</b> – Sumário do Dossiê .....	75
<b>Figura 11</b> – O grupo Maracatu Estrela Brilhante solicitando ajuda para arcar com os custos de um ensaio.....	79
<b>Figura 12</b> – Eixo 3 do bloco “Registro e Salvaguarda” .....	81
<b>Figura 13</b> – Eixo 2 do bloco “Registro e Salvaguarda” .....	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AAD-69	Análise Automática do Discurso
AE	Aparelhos do Estado
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ARE	Aparelhos Repressores do Estado
AMUNAM	Associação das Mulheres de Nazaré da Mata
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CP	Condições de Produção
EMBRASILME	Empresa Brasileira de Filmes
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FD	Formação Discursiva
FENEARTE	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FIG	Festival de Inverno de Garanhuns
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1</b>	<b>NOVAS ABORDAGENS NO CAMPO LINGUÍSTICO: A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E OS ESTUDOS DISCURSIVOS DE MICHEL FOUCAULT</b> .....	18
1.1	ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA.....	20
1.2	ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS .....	29
<b>2</b>	<b>DE BAQUE VIRADO E DE BAQUE SOLTO: OS MARACATUS PERNAMBUCANOS</b> .....	37
2.1	MARACATU NAÇÃO .....	43
2.2	MARACATU RURAL.....	49
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PATRIMÔNIO</b> .....	59
3.1	A QUESTÃO PATRIMONIAL NO BRASIL.....	61
3.2	PATRIMÔNIO IMATERIAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO MARACATU DE BAQUE SOLTO.....	67
<b>4</b>	<b>“REGISTRO E SALVAGUARDA”</b> .....	71
4.1	O DOSSIÊ.....	73
4.2	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	76
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91

## 1 INTRODUÇÃO

A região da Zona da Mata Norte é palco de uma das mais grandiosas manifestações culturais do estado de Pernambuco e, também, do país: o Maracatu de Baque Solto, também conhecido como Maracatu Rural. Essa expressão surgiu nos engenhos de açúcar pernambucanos com os trabalhadores rurais, entre os descansos do corte de cana, por volta dos fins do século XIX e início do século XX. Para compreender as especificidades dessa manifestação, é necessário salientar a existência de dois tipos distintos de Maracatu em Pernambuco: o Maracatu Nação e o Maracatu Rural, também denominados, respectivamente, como Maracatu de Baque Virado e Maracatu de Baque Solto.

Embora sejam nomeados “Maracatu”, ambos possuem suas distinções. O Maracatu Nação, por exemplo, tem sua origem nas periferias da cidade do Recife e passou a ter vinculações com as religiões de matriz africana e seus grupos são constituídos por um conjunto musical percussivo e uma corte real composta por rei, rainha, príncipe, princesa, que são protegidos por um pálio - uma espécie de guarda-sol -, um integrante portando o estandarte com o nome e data de fundação do grupo, a ala das baianas - que faz alusão às mulheres que foram escravizadas - e a dama do paço com sua calunga. A calunga é uma boneca negra que representa os antepassados africanos e sua função é proteger os membros e as apresentações dos grupos (Dossiê Maracatu Nação, 2014).

Por sua vez, o Maracatu Rural tem sua origem no interior do estado de Pernambuco e, na composição de seus grupos, contam também com uma corte real, que foi uma imposição da Federação Carnavalesca de Pernambuco para que pudessem se apresentar no período carnavalesco da capital, mas seu grande destaque está nas figuras que constituem essa expressão, tais como os caboclos de lança, caboclos de pena, carregadas de simbologia; os personagens Mateus e Catirina, que fazem parte de outra manifestação cultural pernambucana chamada Cavalinho, e que passaram a integrar o Maracatu Rural. Também cabe destacar que os grupos musicais que compõem o Maracatu Rural contam com instrumentos de sopro<sup>1</sup>, além dos de percussão.

Os primeiros estudos acerca dos Maracatus foram realizados por folcloristas,

---

<sup>1</sup> Esses instrumentos não compõem os grupos de Maracatu Nação, essa é apenas uma característica dos Maracatus Rurais.

na década de 1930, no entanto eles apenas descreveram essas expressões sem empreender reflexões acerca de suas complexidades. Somente a partir da década de 1950, com a obra do compositor César Guerra-Peixe, intitulada *Maracatus do Recife*, resultado de seu trabalho *in loco* realizado em Recife, temos uma maior compreensão da constituição e da dimensão dessas manifestações, uma vez que esse autor verifica a existência de outro tipo de Maracatu, neste caso, o Maracatu Rural, pois, até então, o único que havia sido descrito pelos folcloristas era o Maracatu Nação. Em uma nota preliminar de sua obra, o autor pontua que, a princípio, o objetivo de sua ida à capital pernambucana não era realizar um trabalho sobre essa expressão, mas, assistindo às apresentações dos Maracatus em Pernambuco, ele se interessa pelo ritmo dos instrumentos utilizados e passa a dedicar um estudo específico sobre eles.

O Maracatu Rural passa por um longo período oculto, sem registros na imprensa recifense e sem estudos acerca de sua história. Contudo, a partir dos anos 2000, com o crescimento do turismo, esse cenário muda. Essa expressão, juntamente com sua figura principal, o caboclo de lança, tornam-se símbolos do carnaval de Pernambuco. Os olhares voltados para essa expressão fazem com que, em 2014, ela receba o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, após a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) elaborar, juntamente com uma equipe de pesquisadores e também com os integrantes dos grupos de Maracatu, um *Dossiê* de candidatura, apresentando aspectos históricos, geográficos e sociais que foram julgados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que concedeu ao Maracatu Rural tal título.

Destacamos que a sugestão de promover o Maracatu Rural, e também outras manifestações culturais pernambucanas, partiu do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Diante disso, buscamos, neste estudo, compreender como ocorreu o processo de patrimonialização do Maracatu de Baque Solto a partir dos estudos discursivos que foram empreendidos pelo filósofo Michel Foucault. Visamos, por meio dessa perspectiva teórico-metodológica, entender como os discursos em torno desse processo foram organizados, mobilizando conceitos trabalhados na fase arqueológica de Foucault e também em sua fase genealógica, a fim de depreender os movimentos que possibilitaram a irrupção desse documento e revelar as relações de poder que atravessaram esse processo.

Para alcançar os nossos objetivos, em nosso trabalho, de natureza qualitativa, realizamos uma minuciosa pesquisa bibliográfica e também de materiais com valor

científico, encontrados no banco de dados da CAPES, nas plataformas como a Scielo e em *sites* governamentais, como do IPHAN, para compreender e resgatar conceitos pertinentes ao nosso estudo. Também empreendemos uma pesquisa documental que, nas palavras de Gil (1995, p. 51),

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Assim, como *corpus* de pesquisa, selecionamos o *Dossiê do Maracatu de Baque Solto* (2013), documento organizado e produzido no interior de uma instituição, no caso, a FUNDARPE, em parceria com o IPHAN, para apresentar o Maracatu de Baque Solto enquanto manifestação cultural, além de realizar um levantamento das diretrizes com as demandas desses grupos para que essa manifestação fosse considerada um bem a ser preservado pelo país e, dessa forma, se tornar patrimônio imaterial. A partir de um estudo prévio do dossiê, escolhemos o bloco “Registro e Salvaguarda” para realizarmos nossas análises. Verificamos que nesse material existem alguns aspectos que ajudam a explicar o processo de salvaguarda do Maracatu Rural. Como o foco da nossa análise será em torno deste documento, escolhemos esse bloco para compreendermos o processo de patrimonialização. Além disso, também levamos em consideração as ideias de Gamboa (2003) sobre reconhecer a existência de diversos enfoques na produção de conhecimento e superar as dicotomias epistemológicas (quantitativa/qualitativa). Diante disso, empregamos também a abordagem teórico-metodológica denominada arqueogenealógica que encontramos nos trabalhos do filósofo Michel Foucault (1979; 1986; 2014). Definidos tais procedimentos, dividimos este estudo em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre os estudos linguísticos e o surgimento de novas concepções teóricas, como a Análise de Discurso francesa, sob a perspectiva de Michel Pêcheux, que adotou em seu projeto conceitos extraídos do filósofo Michel Foucault, nossa escolha teórica para nossas análises e reflexões. A definição dessa abordagem teórica se deu, pois Michel Foucault, em sua metodologia arqueogenealógica, traça um percurso, por meio dos conceitos de proveniência e emergência, para compreendermos a articulação entre o corpo e a História e como essa relação nos revela os poderes e saberes que constroem os discursos em nossa

sociedade; por isso selecionamos essa abordagem para entendermos como ocorreu o processo de patrimonialização do Maracatu Rural.

No segundo capítulo, apresentamos os Maracatus pernambucanos, uma vez que há dois tipos distintos de Maracatu nesse estado e fez-se necessário distingui-los, pois selecionamos apenas o Maracatu Rural para essa pesquisa. Apontamos os primeiros trabalhos sobre essas manifestações culturais e como elas eram vistas, sobretudo pelos folcloristas brasileiros. A princípio, ambas sofreram perseguições do estado pernambucano, mas, atualmente, são consideradas símbolos da cultura pernambucana, em uma complexa relação entre a valorização da cultura e da comunidade que a produz e o mercado do turismo, que utiliza a imagem dessas expressões para o próprio benefício.

No terceiro capítulo, tratamos das noções de patrimônio que mudaram ao longo dos anos, passando de uma ideia de propriedade privada a coletiva. Além disso, destacamos a noção de patrimônio imaterial e as políticas em torno desta concepção, uma vez que tratamos neste trabalho de um bem intangível, ou seja, uma expressão cultural brasileira que se manifesta por meio de saberes, ofícios e modos de fazer e que, para a concessão do título de patrimônio imaterial, é necessária a elaboração de um Dossiê de candidatura para compreendermos suas práticas e entendermos sobre sua relevância na diversidade cultural nacional.

No quarto capítulo, por fim, dedicamos a realizar nossas análises sobre o *corpus* de pesquisa selecionado, o *Dossiê do Maracatu de Baque Solto*, pois reconhecemos que esse material é de suma importância, visto que foi por meio dele que o Maracatu Rural se tornou um patrimônio salvaguardado pelo país. Apresentamos, no interior desse documento, como os discursos são selecionados, organizados e controlados, mobilizando conceitos extraídos da obra *A Ordem do Discurso*, do filósofo Michel Foucault, por procedimentos internos e externos da produção discursiva e revelamos as relações de poder que atravessaram a constituição desse material e na patrimonialização do Maracatu Rural e como nesse jogo de relações as práticas sociais e a subjetivação dos sujeitos são moldadas em nossa sociedade e que dessa interação envolve tanto a submissão quanto a resistência desses sujeitos.

Embora tenha partido de um interesse pessoal, pela admiração que temos por essa forma de expressão cultural, esperamos que este trabalho possa contribuir com os estudos de análise discursiva de linha foucaultiana contemporâneos, bem como

com a compreensão acerca do tema da pesquisa, além de divulgar essa manifestação cultural, que, apesar de ter se tornado patrimônio cultural imaterial brasileiro em 2014, ainda é pouco conhecida em território nacional, ficando restrita apenas à região Nordeste do país e também aos programas de pós-graduação da mesma região.

## **1 NOVAS ABORDAGENS NO CAMPO LINGUÍSTICO: A ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA E OS ESTUDOS DISCURSIVOS DE MICHEL FOUCAULT**

Adotamos como base teórico-metodológica deste trabalho os estudos discursivos de Michel Foucault, portanto, buscamos pensar a Análise de Discurso (doravante AD) por meio das investigações, em torno do discurso, promovidas por esse autor. Contudo, antes disso, realizamos um breve percurso pelas concepções iniciais desenvolvidas pela Linguística que possibilitaram o surgimento de novas abordagens nessa área, tais como a AD de linha francesa que, em seus deslocamentos epistemológicos para sua constituição, buscou respaldo, por exemplo, em conceitos tratados por Michel Foucault.

A linguagem, conforme Orlandi (2007) destaca, sempre despertou, desde a Grécia Antiga, interesse e fascínio entre os pensadores. Ao longo dos séculos, estudos de Gramática e Filologia foram realizados para a compreensão e interpretação de textos. A Linguística, tal como conhecemos hoje, surge apenas no século XX e, desde sua constituição como Ciência - com a definição de um objeto de pesquisa, no caso, a língua -, o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, tornou-se base dos estudos que foram e são empreendidos no campo linguístico, apoiados, ou não, em seus princípios. Esse livro é uma obra póstuma, resultado de uma compilação das anotações feitas pelos alunos de Saussure nas aulas que foram ministradas pelo linguista entre os anos de 1906 e 1911, na Universidade de Genebra, e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye, discípulos do autor.

As premissas dessa obra fundamentam-se nas dicotomias propostas por Saussure (1978), que formam pares opositivos que não são excludentes, mas complementares. A primeira e mais importante dicotomia discutida pelo autor é a *langue/parole* (língua/fala). Esse par refere-se à linguagem - tomada como uma faculdade humana - em si. Nesse escopo, a língua apresenta um caráter social enquanto a fala um caráter individual. Assim, o autor considera a língua um sistema de signos empregado na comunicação de um determinado grupo de falantes pertencentes a uma mesma comunidade, definido por meio de convenções, revelando, dessa forma, seu caráter social.

A fala, por sua vez, apresenta-se multifacetada, uma vez que ela é resultado de uma atividade individual, cujo objetivo consiste em exprimir um pensamento pessoal. Diante disso, ele exclui a fala de seu estudo, pois pretende focar na

sistematização da língua, na medida em que a considera um sistema fechado. Por ter classificado a língua como um sistema, Ferdinand de Saussure, além de ser considerado o precursor da Linguística Moderna, também é conhecido como o precursor do Estruturalismo. Segundo Câmara Jr. (2001, p. 44), o estruturalismo é uma posição científica que abrange todos os campos do conhecimento o qual vai pressupor que não há fatos isolados, pois toda “significação resulta de uma relação” em que há sempre uma estrutura, ou seja, uma relação dos elementos que a integram.

Muitas teorias surgiram após os tratados de Saussure, ora aproximando-se, ora afastando-se de suas concepções. O filósofo russo Mikhail Bakhtin, por exemplo, foi um dos teóricos que se afastou do objeto teórico de Saussure. Para Bakhtin, segundo Mussalim (2004), a substância da língua é a interação verbal e o ser humano é inconcebível fora dessas relações. Diante disso, o autor recusa a concepção de língua como um sistema monológico e apresenta a noção de dialogismo, evidenciando as relações existentes entre língua e sociedade. É a partir de novas abordagens, buscando-se um nível extralinguístico de análises, que o conceito de discurso vai se manifestar no campo da Linguística, pois, segundo Machado (2007, p. 94), “O discurso nasce da necessidade de a pessoa interagir com alguém, por isso, mais do que comunicar, a linguagem tem como objetivo promover a interação”. Conforme Brandão (2002, p. 12),

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; [...] Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de sessenta: a análise do discurso.

Segundo Mazière (2007), as primeiras reflexões relacionadas à Análise do Discurso iniciaram-se na década de 1950, a partir dos trabalhos do estadunidense Zellig S. Harris; contudo, o artigo publicado por esse autor, em 1952, tratava de uma análise estrutural do texto, focando em elementos linguísticos intrínsecos a ele. Mussalim (2004) nos apresenta a diferença entre a AD de linha francesa e a AD anglo-saxã, ou americana, iniciada por Harris. Conforme a autora, o que sustenta a AD americana é a intenção dos sujeitos em uma interação verbal, enquanto na AD

francesa os sujeitos são condicionados por uma ideologia que vai predeterminar o que pode ou não ser dito em determinada conjuntura social. Portanto,

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da linguística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a Análise do Discurso (Brandão, 2002, p. 15).

Assim, buscando romper com as abordagens de caráter tradicionalistas, que delimitavam os campos disciplinares, a fim de apresentar o uso real - e não mais abstrato - da língua, considerando fatores sócio-históricos, culturais e ideológicos, a AD de linha francesa irrompe, na década de 1960, tendo o filósofo Michel Pêcheux como seu expoente.

### 1.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

A França, na década de 1960, viveu momentos de efervescência que ficaram marcados na História. Os estudantes das universidades revoltaram-se com o sistema educacional francês, incertos sobre seus futuros profissionais; os trabalhadores, juntamente com os sindicatos, insatisfeitos com o desemprego crescente e as más condições de trabalho no país, reuniram-se com os estudantes e organizaram, em maio de 1968, uma das maiores greves já vistas.

Essas mobilizações ocorridas na França influenciaram muitos estudiosos franceses. Charaudeau e Maingueneau (2008), por exemplo, apontam que o núcleo das primeiras pesquisas realizadas pela Análise do Discurso francesa foi o estudo do discurso político, inspirado em uma releitura das obras de Karl Marx, promovido por Louis Althusser, referentes ao materialismo histórico. Além disso, há também uma releitura das obras de Sigmund Freud, elaborada por Jacques Lacan, relacionadas ao inconsciente.

Michel Pêcheux vai adotar essas releituras que vão resultar em uma reflexão entre o ideológico, o inconsciente e o linguístico, conceitos que serão peças fundamentais para o quadro teórico da AD. Fernandes, Conti e Marques (2013, p. 7) sinalizam que a AD surge “em um momento caracterizado por rupturas das delimitações dos campos disciplinares”, isto é, do cruzamento de diferentes disciplinas

a fim de ampliar os debates teóricos, ora fechados e limitados em seus próprios campos.

Dessa forma, a AD nasce do encontro de três domínios disciplinares: a Linguística, as Ciências Sociais e a Psicanálise, tomando o discurso como objeto simbólico de análise, que produz sentidos. Conforme Fernandes e Sá (2021), o entrecruzamento dessas disciplinas na constituição da AD permite a compreensão das inter-relações da linguagem, além disso, destacam que é preciso dissolver a ideia de que o linguístico está estritamente ligado à noção de discurso, pois pode permanecer nas mesmas abordagens da linguística tradicional, logo, o

[...] discurso, tomado como objeto teórico da Análise do Discurso, não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas necessita de elementos de linguagem para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material (Fernandes; Sá, 2021, p. 19-20).

A constituição da AD como disciplina passa por muitas rupturas e por várias reelaborações teóricas. A primeira ruptura acontece no momento em que Pêcheux se afasta da principal dicotomia saussuriana para determinar seu objeto de estudo: o discurso. Para tanto, Pêcheux vai elaborar sua teoria com base no esquema de comunicação proposto pelo linguista Roman Jakobson. No entanto, Pêcheux também se afasta das noções desse esquema pois, para ele, não importa as funções da linguagem, e sim o seu funcionamento (Brust, 2011). Além disso, algumas outras noções são tratadas e articuladas no interior da AD para se refletir o discurso, tais como a ideologia, o sujeito, as condições de produção, as formações ideológicas, as formações discursivas e a memória.

Segundo Charadeuau e Maingueneau (2008), a ideologia é o conceito central nessa discussão. Em sua obra *O que é ideologia*, Marilena Chaui traça o surgimento do termo e sua constituição. A filósofa brasileira aponta que essa expressão surgiu após a Revolução Francesa, no início do século XIX, no livro chamado *Elementos de Ideologia*, de Destutt de Tracy, que “pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo

humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente”, ou seja, uma teoria que visava compreender as faculdades humanas, responsáveis nas formações das ideias alicerçadas naquilo que é real (Chauí, 2008, p. 25).

Os adeptos dessa ciência passaram a ser reconhecidos como ideólogos franceses e eram críticos às explicações invisíveis e espirituais - oriundas da metafísica - das ideias humanas e, além disso, eram inimigos da monarquia, por sua relação com a Igreja. Eles eram considerados materialistas, pois aceitavam apenas “causas naturais físicas (ou materiais) para as ideias e as ações humanas e só aceitavam conhecimentos científicos baseados na observação dos fatos e na experimentação” (Chauí, 2008, p. 25). A autora destaca que esses ideólogos eram partidários de Napoleão Bonaparte, por acreditarem que ele continuaria propagando os ideais da Revolução Francesa, contudo ele alia-se às ideias do Antigo Regime, decepcionando seus seguidores, que eram contrários a esse sistema.

Diante disso, quando Napoleão declara que os ideólogos franceses são ameaçadores, pois eram ignorantes ao realismo político, ou seja, aos problemas reais aos quais a França estava envolvida, a expressão ideologia passa a ter um teor pejorativo, pois eles foram acusados de serem metafísicos, algo que eram contrários. Esse equívoco de Bonaparte será preservado por Karl Marx e Friedrich Engels, pois o ideólogo seria “aquele que inverte as relações entre as ideias e o real” (Chauí, 2008, p. 28). Dessa forma, o termo ideologia, considerado antes como uma ciência da aquisição daquilo que é real, passa a ser designado como um sistema de inversão do real, mascarando as relações e ocultando a dominação de classe, no processo de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a ideologia torna-se um instrumento de dominação de classe, quando Marx e Engels passam a discutir acerca da luta de classes. Logo, a ideologia, na concepção marxista,

é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrado certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado

(Chauí, 2008, p. 108-109).

O filósofo Louis Althusser, em seu ensaio *Aparelhos ideológicos do Estado*, vai acrescentar novas teses oriundas a partir de sua releitura das propostas de Marx e Engels. Para compreendermos essas reformulações, antes de tudo, precisamos conhecer os mecanismos do Estado - concebido como um aparelho repressivo pela teoria marxista -, a fim de assegurar a dominação da classe dominante. Ele destaca que, na teoria marxista, os aparelhos do Estado (doravante AE) abarcam o governo, o exército, a polícia, a administração, as prisões e os tribunais, que exercem, sobretudo, suas funções por meio da violência.

Em sua releitura, Althusser (1985) passa a designá-los Aparelhos Repressores do Estado e também vai acrescentar os Aparelhos Ideológicos do Estado, que se manifestam pelo primeiro, atuando através da ideologia, e são representados pela igreja, escola, família, cultura etc. Em suma, conforme Machado (2007, p. 56), para Althusser “não se trata apenas de uma relação de poder, de luta de classes (os chamados Aparelhos Repressores do Estado – ARE), mas também de ideologia (Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE)”, que vai garantir a hegemonia dos burgueses na sociedade capitalista. Diante disso, na concepção marxista, a ideologia é tomada como uma representação das relações entre os indivíduos em suas condições reais de existência; entretanto, Althusser (1985) vai propor que há uma realidade material na ideologia, uma vez que as ideias dos indivíduos se tornam atos concretos quando inseridos em suas práticas, logo, a ideologia, conforme Pêcheux (1995), não é feita de “ideias”, mas sim, de práticas.

A partir dessas premissas, que foram adotadas por Michel Pêcheux no início dos seus estudos referentes ao discurso, surge também a constituição do sujeito, procedente do trabalho de Althusser, em que “*o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se as ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão...*” (Althusser, 1985, p. 104). Althusser recorre à Linguística para tratar acerca do sujeito, pois, segundo Mussalim (2004), a linguagem torna-se uma via que possibilita compreender o funcionamento da ideologia, uma vez que é na linguagem que ela se materializa. Ainda com relação ao estabelecimento desse conceito no quadro teórico da AD, Pêcheux (1995) também vai aplicar, em seu trabalho, suas leituras da obra de Jacques Lacan, em que ele observa que esse sujeito, com S maiúsculo, e designado como Outro (com a inicial maiúscula), é

compreendido como absoluto e universal e que o sujeito se constitui a partir da sua relação com esse Outro, e também da sua submissão à língua. Vale destacar que Lacan também emprega, em sua teoria, abordagens advindas da Linguística, à medida que, para o psicanalista, a linguagem é uma condição do inconsciente (Mussalim, 2004). Diante disso, Michel Pêcheux trabalha com uma analogia entre a ideologia e o inconsciente na constituição do sujeito (Ferreira, 2010), pois tanto a ideologia quanto o inconsciente estruturam-se a partir da linguagem (Mussalim, 2004). Logo, o sujeito discursivo

deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história, não em outro. A enunciação desse sujeito, aquilo que ele diz e a forma como ele diz, revela um lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico-ideológico, ao mesmo tempo em que é atravessado por outras, de lugares por vezes antagônicos e divergentes, que revelam posicionamentos que são refutados, combatidos, mas que também implicam a constituição desse sujeito (Fernandes; Sá, 2021, p. 33).

Diante da definição de sujeito discursivo na Análise de Discurso de linha francesa, Charadeau e Maingueneau (2008) salientam que o sujeito é composto de várias denominações: ele é polifônico, porque é portador de várias vozes; é dividido, pois carrega vários tipos de saberes que ora são conscientes, ora inconscientes, determinando, assim, seu assujeitamento e seus atravessamentos. Aqui, destacamos que o sentido de assujeitamento não denota algo pejorativo, mas sim que esse indivíduo passa a ter uma posição, e que esse lugar ocupado pelo sujeito vai determinar sua formação social.

Esse lugar ocupado pelo sujeito foi denominado por Michel Pêcheux (1997) como condições de produção (CP), que são as circunstâncias sócio-históricas em que os sujeitos interagem e são levados a enunciar, sem que tenham consciência disso, pois são determinados pelo inconsciente e pela ideologia. Diante disso, as CPs tornam-se fundamentais para a compreensão dos discursos e seus efeitos, na medida em que o discurso, segundo Fernandes e Sá (2021), implica uma exterioridade à língua que vai revelar, por meio da sua existência, os aspectos históricos e ideológicos inscritos em diferentes contextos sociais.

Com as rupturas e deslocamentos no percurso de construção da AD de linha

francesa, as CPs vão perdendo força para dar lugar ao conceito de formação discursiva (FD), emprestado do filósofo Michel Foucault, que passa a representar no interior desse campo “um lugar central da articulação entre língua e discurso” (Brandão, 2002, p. 38). Para tratar de FD, vamos, a princípio, apontar como cada filósofo a concebeu, pois, em Pêcheux, a FD está relacionada à ideologia enquanto para Foucault a ideologia é afastada de seus trabalhos, na medida em que ele não atribui os sentidos à ideologia, mas, sim, às relações de poder. Dessa forma, a FD é, assim, definida por Foucault (1986, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.

Portanto, essas regras de formação constituem uma FD e vão possibilitar a compreensão dos discursos. Nos estudos foucaultianos, como veremos na seção que será dedicada ao filósofo, os discursos são concebidos como práticas sociais e também como uma dispersão. Em outras palavras, Foucault não busca tratá-los como um conjunto de signos, mas como práticas que formam os objetos que falam e que têm efeitos reais no mundo. O autor ainda destaca que os discursos são feitos de signos, contudo sua intenção não é utilizá-los para designar coisas, pois há algo a “mais” na formação dos discursos que precisam aparecer.

Em Pêcheux, a noção de FD é reformulada e, para ele, essa concepção está relacionada com as formações ideológicas (FI). Em outros termos, o autor estabelece que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas é determinado por meio de posições ideológicas e que as palavras só recebem um sentido a partir da FD em que é produzida. Como exemplo, extraído do trabalho de Fernandes e Sá (2021), a palavra “terra” terá sentidos diferentes conforme a posição dos sujeitos envolvidos. Um sujeito inserido no Movimento Sem-Terra compreenderá esse lexema num sentido de coletividade, enquanto para um sujeito integrado ao agronegócio será entendido

no sentido de propriedade privada. Portanto, esse sentido é constituído no discurso e determinado pelas posições ideológicas em que os sujeitos estão inscritos.

O projeto epistemológico de Michel Pêcheux, segundo Gregolin (2006), buscou construir uma Análise do Discurso relacionando língua, sujeito e História e esse percurso, ainda conforme a autora, foi marcado por muitos embates, reconstruções e retificações em meio às reflexões sobre a articulação entre os principais conceitos operados pelo filósofo. Esse delineamento da AD pode ser distribuído em três épocas, no entanto, para Fernandes e Sá (2021), esses períodos não se definem por uma divisão cronológica, mas sim refletem apenas a elaboração e reelaboração dos conceitos na constituição desse campo teórico.

Assim, na primeira época, denominada Análise Automática do Discurso (AAD-69), Pêcheux entende a tese saussuriana de que a língua é um sistema e tem uma organização, contudo ele vai romper com a dicotomia saussuriana, e propõe um novo objeto, no caso, o discurso, como já mencionamos, que entrelaça a língua, o sujeito e a História. Nessa “aventura teórica” (Maldidier, 1993), Pêcheux centra suas primeiras análises em discursos estabilizados e pouco polêmicos e que são gerados por uma máquina discursiva, que consiste em uma estrutura “responsável pela geração de um processo discursivo” (Mussalim, 2004, p. 118).

Os discursos políticos partidários, segundo a autora, são exemplos de discursos estabilizados, uma vez que são produzidos em circunstâncias estáveis e homogêneas, isto é, em condições de produção e posições sociais menos conflitantes, pois estão inseridos em um mesmo espaço discursivo. Nessa fase, o sujeito não é concebido como fonte do próprio discurso, visto que ele é assujeitado à maquinaria discursiva. Portanto, o sujeito “está submetido às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia” (Mussalim, 2004, p. 133), ou seja, quem de fato fala é a ideologia que o atravessa.

A segunda fase da AD pecheutiana é marcada pelo momento em que o conceito de máquina discursiva começa a perder força devido à inserção da noção de FD, uma vez que uma FD se define sempre em relação a outras FDs e, dessa forma, os discursos menos estabilizados vão perdendo espaço nesse campo teórico. Nesse estágio, a noção de sujeito altera-se em razão das FDs; diante disso, como uma FD é concebida como uma dispersão, ou seja, não é formada por unidades, o sujeito também não é uno, pois desempenha diferentes papéis conforme as posições que ocupa. Mussalim (2004, p. 133) explica que

[...] o sujeito, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, do publicitário, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali. Ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso.

A terceira fase da AD é marcada pelo abandono da noção da maquinaria discursiva, pois, segundo Fernandes e Sá (2021), a ideia de estabilidade é rejeitada em virtude das constantes mudanças sócio-históricas e, assim, o conceito de interdiscurso passa a ser empregado nesse terceiro estágio. O interdiscurso, para os autores, é a “presença de diferentes discursos, oriundos de distintos momentos na História e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva” (Fernandes; Sá, 2021, p. 67), ou seja, um discurso é construído a partir de um já-dito, porque é afetado pela historicidade. O sujeito, nesta fase, é marcado pela heterogeneidade, é tido como clivado e dividido entre o consciente e o inconsciente.

No interdiscurso, as noções de memória e esquecimento se fazem presentes, pois o interdiscurso, como aponta Souza (2006), é a memória discursiva, ou seja, são os já-ditos que darão suporte aos novos dizeres, em virtude da influência dos movimentos históricos. Souza (2006, p. 90) afirma que o interdiscurso “é o espaço ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”. O sujeito acredita ser autônomo de seus dizeres, entretanto essa vaga ideia de autonomia advém do esquecimento, que Michel Pêcheux vai denominar de esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2. O esquecimento nº 1 está relacionado à ideologia e de como os sujeitos são afetados por ela, estando no nível do inconsciente. Simultaneamente, o esquecimento nº 2, situado no nível do consciente, e “que é da ordem da enunciação” (Orlandi, 2007, p. 35), refere-se à maneira como os sujeitos selecionam as formas de enunciar seus discursos. Em resumo,

Quando nascemos, os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é

que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos (Orlandi, 2007, p. 35-36).

Em sua última fase que, infelizmente, foi interrompida pela morte do filósofo, Michel Pêcheux se afasta, segundo Gregolin (2006), de suas posições partidárias e se aproxima das teses foucaultianas e também da Nova História, corrente teórica que surgiu na década de 1970 e foi criada pelos historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora, que buscava romper com a História tradicional para valorizar as rupturas e descontinuidades. Essa nova reavaliação do quadro teórico da AD pecheutiana fica evidente em sua obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*:

A grande força dessa revisão crítica é colocar impiedosamente em causa as alturas teóricas no nível das quais o estruturalismo político tinha pretendido construir sua relação com o Estado (eventualmente sua identificação ao Estado – e especialmente com o Partido-Estado da revolução). Esse choque em retorno, obrigada os olhares a se voltarem para o que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infraestruturais que constituem o ordinário das massas [...] (Pêcheux, 2015, p. 48).

No Brasil, devido à Ditadura Militar, a AD encontra terreno para enraizar seus estudos apenas na década de 1980, com os trabalhos das professoras Eni Puccinelli Orlandi, sobre Michel Pêcheux, e Maria do Rosário Gregolin, sobre Michel Foucault. Contudo, esse primeiro contato gerou conflito com a linguística estruturalista, com suas raízes já fincadas, e pelas décadas de censura e conservadorismo em que o país atravessou. Mas como “onde há seres humanos, há linguagem” (Souza, 2006, p. 106), a AD se tornou uma ferramenta de análise utilizada em diferentes campos, buscando refletir, em diferentes materialidades, as regras de formação dos discursos e como os sujeitos são constituídos pela História, vista hoje não mais como um simples instrumento de comunicação ou expressão do pensamento, mas sim um dispositivo de interação e também de interpretação, além de compreender no interior desse escopo teórico que ela não funciona apenas com elementos linguísticos mas também com elementos extralinguísticos.

Nessa seção, discorreremos acerca das concepções que compõem a AD de linha francesa, destacando suas rupturas e deslocamentos. A formação discursiva, um dos elementos que contribuem na organização do projeto epistemológico de Michel Pêcheux, é oriundo, como já mencionamos, dos estudos discursivos de Michel Foucault. Como nosso principal objetivo é conduzir nossas análises no interior das propostas foucaultianas, entendemos ser necessário apresentar o filósofo e suas

principais ideias na seção a seguir.

## 1.2 ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS

Na seção anterior, apresentamos os principais conceitos que constituem a Análise do Discurso e percebemos que as concepções pecheutianas estão fundamentadas, principalmente, em uma complexa relação entre a ideologia e o sujeito, provenientes dos estudos de Louis Althusser e Jacques Lacan. Para a construção do seu projeto teórico, Michel Pêcheux também utiliza a ideia de formação discursiva de Michel Foucault, contudo há diferenças entre os caminhos seguidos pelos filósofos.

A diferença entre Pêcheux e Foucault, ao tratar dos discursos, do sujeito e da História, está em que o primeiro sempre relacionou teoria e política, em razão da sua filiação político-partidária com o Partido Comunista Francês, por isso sua estreita ligação com as ideias, e ideais, das teses althusserianas referentes ao marxismo. Embora ambos tenham sido alunos de Althusser, Michel Foucault segue por um caminho contrário e busca dissolver a ideia de centralidade do poder que, a princípio, é dirigida apenas ao Estado, em Karl Marx, e ao Estado e à ideologia, em Louis Althusser.

Na seção introdutória da edição brasileira do livro *Microfísica do Poder*, Roberto Machado (1979) explica que não há uma teoria acerca do poder nas obras de Foucault, pois, para o filósofo francês, o poder não é global, nem unitário, mas heterogêneo e em constante transformação; em outras palavras, o poder não é algo natural: é uma prática social constituída historicamente, que acabou sendo caracterizado por Foucault como micropoderes, que se pulverizam por toda sociedade. Daqui advém a ideia de que o poder não existe. O que existe são relações de poder, pois o poder é algo que se exerce, com ou sem o Estado e seus aparelhos ideológicos. Além disso, ele vai propor que o poder não deve ser associado apenas às noções de dominação e repressão, mas também há um lado positivo: a de produção de saberes. Assim,

[...] Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede

produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1979, p. 8).

Michel Foucault, desde seus primeiros estudos, discorre acerca do discurso de forma sempre inquietante. Ele mesmo, em um dado momento de suas investigações, se autodenomina um antiestruturalista (Foucault, 1979, p. 5), pois buscava em seu trabalho revelar os acontecimentos, ou seja, a irrupção de objetos singulares, e não mais universais, para entender como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar, considerando as condições de proveniência e emergência desses enunciados. Em seu texto intitulado *Sobre as maneiras de fazer história*, ele declara que não está interessado pela sistematização da língua, mas pela existência dos discursos, pois, para ele, os discursos “deixaram traços atrás deles, eles subsistem e exercem, nessa própria subsistência no interior da história, um certo número de funções manifestas ou secretas” (Foucault, 2005, p. 72). Portanto, o objeto de estudo do Michel Foucault é o arquivo que, nas palavras do próprio autor, é a “existência acumulada dos discursos” (Foucault, 2005, p. 72). Embora os discursos fossem um dos objetos de estudo de Michel Foucault, seu projeto não intencionou construir uma teoria do discurso, tal como Michel Pêcheux, mas sim entender “as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental” (Gregolin, 2006, p. 53) e como os sujeitos se constituem por meio dos discursos.

O projeto teórico de Foucault, assim como o de Pêcheux, atravessou diferentes épocas (Gregolin, 2006). Em *A História da Loucura*, Foucault analisa o objeto loucura na sociedade ocidental para verificar como os sujeitos considerados loucos eram expulsos do convívio social. O autor vai apontar como cada época tratou esse objeto, por meio dos discursos, e procura, também, entender a distinção entre razão e desrazão e quem autorizou que a loucura fosse considerada uma doença. Para o filósofo, essa limpeza demonstra as novas formas de controle que estavam surgindo com a ascensão do capitalismo. Essas pessoas, portanto, passaram a ser consideradas incapazes de produzir e foram, dessa forma, recolhidas em hospitais para não prejudicar a produtividade, condição fundamental para o sistema capitalista (Gregolin, 2006).

Na obra *O Nascimento da Clínica*, o autor analisa, empregando o conceito de descontinuidade, advindo da Nova História, o surgimento da medicina moderna no final do século XVIII e que tal surgimento ocorre em virtude de certas condições, como

as epidemias que assolaram a Europa. Essa circunstância vai possibilitar as mudanças das práticas médicas, com a construção de novos saberes, mas também com as relações que passam a ser exercidas na sociedade, uma vez que agora a medicina passa a olhar para o espaço social e, como consequência dessa nova ótica, esse novo exercício desloca-se para o controle dos corpos.

Em *As palavras e as coisas* (1966), sua ideia principal está na investigação dos discursos que resultaram no aparecimento das Ciências Humanas e na constituição do homem. Foucault, segundo Socio (2016, p. 64), “nos faz entender que a raiz do pensamento moderno repousa na linguagem como extensão dos próprios modos de funcionamento da mente humana e de seus sujeitos, e não apenas como espelho ou expressão do mundo percebido”. Nesse sentido, seu objetivo com esta obra era “analisar os próprios discursos, ou seja, essas práticas discursivas que são intermediárias entre as palavras e as coisas” (Foucault, 2005, p. 149). Isto é, o autor tenta

fazer outra coisa e mostrar que havia, em um discurso como a história natural, regras de formação dos objetos (que não são as regras de utilização das palavras), regras de formação dos conceitos (que não são leis de sintaxe), regras de formação das teorias (que não são regras de dedução, nem regras teóricas). São essas regras postas em ação por uma prática discursiva em um momento dado que explicam que tal coisa seja vista (ou omitida); que ela seja enfocada sob tal aspecto e analisada em tal nível; que tal palavra seja empregada com tal significação e tal tipo de frase. Consequentemente, a análise a partir das coisas e a análise a partir das palavras apareciam nesse momento como secundárias em relação a uma análise primeira, que seria a análise da prática discursiva (Foucault, 2005, p. 150).

Nessas primeiras obras do autor, já existem indícios de seu método arqueológico que vão culminar na publicação da obra *A Arqueologia do Saber* em que ele vai explicar os procedimentos de suas pesquisas iniciais. A arqueologia, uma das fases que sustenta os estudos foucaultianos – e também o método de análise utilizado pelo autor, como já mencionamos - busca analisar os discursos na modalidade de arquivos. Esse trabalho procura, segundo Fernandes (2014), compreender os enunciados em sua singularidade e em suas condições de existência. Além disso, o discurso, para Foucault, é entendido como uma prática discursiva que vai ser definida por meio da enunciação do sujeito e pelos lugares e posições os quais ocupa. Diante disso, o sujeito passa a ser considerado como uma função, diferente da forma concebida por Michel Pêcheux. Em outras palavras, o sujeito, nessa perspectiva, é

um sujeito em ação e é constituído pela historicidade, e não um sujeito assujeitado pela ideologia, do mesmo modo como propõe a tese pecheutiana, uma vez que, num campo de correlações de força, há a possibilidade de resistência.

Portanto, conforme Gregolin (2006), esse método vai buscar compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos e as condições que possibilitaram seu aparecimento e esse será um dos caminhos trilhados por este trabalho, em que, para compreender o processo de patrimonialização do Maracatu Rural, vamos descrever os enunciados em sua dispersão que vão resultar na concessão do título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro a essa expressão. Além disso, tencionamos analisar o *Dossiê do Maracatu de Baque Solto*, documento que possibilitou tal título, pois entendemos que esse material é um produto das relações entre os sujeitos e a História.

Em sua aula inaugural proferida no Collège de France, em dezembro de 1970, que resultou no livro *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault aborda suas reflexões acerca de “procedimentos que visam o controle do que é produzido, por quem é produzido, e de como se distribuem os discursos” (Stolz, 2008, p. 168), isto é, aponta como a produção discursiva se organiza interna e externamente. Nos procedimentos de controle externos do discurso, ou de exclusão, Foucault (2014) analisa os conceitos de interdição, separação/rejeição e vontade de verdade. No que concerne ao conceito de interdição, ele destaca que se trata do princípio de exclusão mais evidente e com o qual estamos mais familiarizados. O filósofo observa que não temos o direito de falar ou dizer qualquer coisa, em quaisquer circunstâncias, ou seja, “que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014, p. 9). Além disso, ao observar os modos de interdição, evidencia, entre eles: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito em enunciar, demarcando, assim, entre esses três tipos, um jogo, de modo que “se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (Foucault, 2014, p. 9).

Nesse esquema complexo, o pesquisador descreve duas regiões em que o conceito é mais cerrado: a sexualidade e a política, e caracteriza ainda o discurso como um dos lugares privilegiados para o exercício de alguns dos mais temíveis poderes ligados aos temas. Nesse sentido, a interdição revela a relação do discurso com o desejo e com o poder, pois o querer reflete o anseio dos sujeitos pelo discurso, devido ao acesso ao poder que ele garante, logo,

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2014, p. 10).

Nesse sentido, destacamos a luta dos integrantes dos grupos de Maracatu para manterem seus grupos. Durante a elaboração do *Dossiê*, uma equipe de profissionais juntou-se aos maracatuzeiros para ouvir suas demandas com o objetivo de conhecer e entender as dificuldades enfrentadas pelos grupos para que medidas fossem traçadas para sua salvaguarda. O título de Patrimônio, na teoria, deveria conceder aos grupos fomentos para a manutenção dos grupos ou, então, facilitar e desburocratizar os editais de cultura para que todos pudessem participar, contudo ainda é uma realidade muito distante, pois, na prática, os fomentos destinados à cultura ainda enfrentam editais burocráticos, impedindo que todos os grupos participem e consigam algum auxílio para a manutenção de seus grupos.

Ainda com relação aos conceitos tratados em *A Ordem do Discurso*, em uma segunda instância, Foucault (2014) descreve o princípio de separação/rejeição, tratando sobre quem pode “falar” e quem não pode “falar”. Ou seja, diante da produção discursiva, os sujeitos são separados entre aqueles autorizados e os desautorizados ou rejeitados em relação a uma produção discursiva verdadeira. Nesse ponto, para que possamos compreender o conceito, o autor discorre acerca da oposição entre razão e loucura, em que o discurso do louco é considerado nulo e, nesse sentido, separado do discurso do sujeito são, sendo rejeitado pela sua nulidade. Aqui, observamos que, apesar do espaço concedido aos maracatuzeiros para que expressassem suas dificuldades, o que prevalece, ainda, é a voz da instituição que concedeu tal título ao Maracatu.

Dentre esses procedimentos exteriores, outro princípio analisado por Foucault (2014) é a vontade de verdade, ligada ao desejo de saber, que separa o que é considerado como verídico e o que é visto como falso. É a partir de sua validação que passa a se produzir os efeitos de poder. O filósofo (Foucault, 2014, p. 17-18) indica que, assim como os demais sistemas de exclusão, a vontade de verdade “apoia-se sobre um suporte institucional”, e “é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas” e “pelo modo como o saber é aplicado em uma

sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”. A respeito disso, Foucault (2014, p. 18) conclui:

[...] creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.

Em relação aos procedimentos internos da organização de discursos, isto é, de uma espécie de "autocontrole" da produção, Foucault (2014) analisa os conceitos de comentário, autor e organização das disciplinas. No primeiro, os discursos que são ditos permanecem dessa forma (como é comum observar entre os textos religiosos). Desse modo, o autor observa

[...] uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (Foucault, 2014, p. 22).

Pelo comentário, conforme destaca o filósofo, estabelece-se, portanto, um desnível entre o texto primeiro e o segundo, de modo que é possível a construção de novos discursos, a partir daquele que permanece como reutilizável, pairando acima, ou seja, é possível também “dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (Foucault, 2014, p. 25). Nessa perspectiva, o segundo princípio de rarefação de um discurso é o autor. Esse conceito, para Foucault (2014, p. 26), é “a unidade e origem de suas significações”, ou seja, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”, e está ligada à sua identidade. Por fim, no que concerne ao terceiro princípio, Foucault (2014) destaca a organização das disciplinas, de modo que o discurso precisa, antes de tudo, ser testado e aprovado por meio de métodos e proposições, para que, dessa forma, seja organizado em disciplinas.

Assim, a partir dessa breve síntese acerca dos principais conceitos pontuados pela perspectiva foucaultiana, pretende-se, ainda, ao longo da execução deste estudo, em atendimento aos objetivos elencados, identificar e aprofundar tais conceituações sobre os procedimentos de controle de produção discursiva na análise do *Dossiê do Maracatu de Baque Solto*.

Nessa obra, Foucault (2014) começa a trabalhar com o conceito de poder, em sua fase denominada genealógica, que vai se estender em suas próximas obras, tais como *Vigiar e Punir* (1987), *Microfísica do Poder* (1979) e *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1988). Destaca-se que, segundo Castro (2009), não há uma obra específica tratando de seu método genealógico e que essa nova etapa do pensamento foucaultiano não é uma ruptura com os estudos arqueológicos, uma vez que ambos se apoiam. Portanto, a partir desses estudos, Foucault procura refletir acerca do poder e sua relação com o saber. O saber, para o autor, “não é a soma de conhecimentos” (Castro, 2009, p. 394), mas sim um “processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer” (Revel, 2005, p. 77).

Em suma, o trabalho foucaultiano voltou-se, num primeiro momento, para a história da loucura e da medicina, buscando investigar os saberes que embasaram a cultura ocidental a fim de compreender a organização desses saberes e os efeitos causados na constituição dos sujeitos. Na segunda fase, Foucault analisa as articulações entre saber e poder a partir de seu novo método de análise, o genealógico. As reflexões realizadas nesse estágio vão mostrar como “o poder se pulveriza na sociedade em inúmeros micro-poderes” (Gregolin, 2006, p. 55), ou seja, vai sinalizar que não há um único poder soberano, mas sim diversos poderes sendo exercidos na sociedade e como essas relações de poder controlam os corpos. Há ainda uma terceira fase, da qual não especificamos acima, mas que também faz parte dos estudos foucaultianos. Por sua vez, na terceira época, a partir das reflexões advindas da noção grega do “cuidado de si” (Fernandes, 2014, p. 118), Foucault focaliza seus estudos na questão do sujeito. Ele vai orientar seus trabalhos sobre como ocorre a relação do sujeito consigo e com os outros (Navarro, 2020) e sobre o governo de si. Segundo Castro (2023, p. 138), essa proposta é “precisamente política”, pois “quem pretenda governar aos outros deve governar-se a si mesmo e, portanto, ocupar-se de si. E o instrumento para levá-lo a cabo é o conhecimento de si”.

Buscamos, nesta seção, apresentar alguns conceitos trabalhados por Foucault que darão respaldo a nossas análises. Como podemos observar, o filósofo possui uma vasta bibliografia, a qual atravessa vários campos, tais como a História, procurando e investigando outras possibilidades teóricas, causando diversas rupturas em seu projeto epistemológico e lançando luz para uma nova perspectiva com relação à linguagem e ao discurso. O entusiasmo dos estudos discursivos foucaultianos está no

[...] discurso anônimo, o discurso cotidiano, todas essas falas esmagadas, recusadas pela instituição ou afastadas pelo tempo, o que dizem os loucos nas profundezas dos asilos há séculos, o que os operários não cessam de dizer, de clamar, de gritar, desde que o proletariado existe como classe e tem consciência de constituir uma classe, o que foi dito nessas condições, essa linguagem a um só tempo transitória e obstinada, que jamais ultrapassou os limites da instituição literária, da instituição da escrita, é essa linguagem que me interessa cada vez mais (Foucault, 2006, p. 56).

Assim como Foucault, também nos interessamos por objetos e histórias que foram, por longos anos, ocultadas e ignoradas, mas que, com as novas circunstâncias históricas, podemos resgatá-las e apresentar sua relevância, tal como o Maracatu de Baque Solto, sobretudo em relação às suas formas de expressão, tão importantes para a manutenção dessa manifestação cultural.

## 2 DE BAQUE VIRADO E DE BAQUE SOLTO: OS MARACATUS PERNAMBUCANOS

A antropóloga Katarina Real (1967) declarou que o Maracatu estava fadado ao desaparecimento, pois acreditava que manifestações populares não seriam capazes de sobreviver ao progresso do mundo moderno. Outro fator que deve ser levado em consideração são as políticas de embranquecimento que queriam apagar os rastros deixados pela cultura dos negros que foram escravizados e enterrar o passado colonial do Brasil. Contudo, hoje Pernambuco é palco de duas das maiores manifestações culturais do país: o Maracatu Nação e o Maracatu Rural, também conhecidos como Maracatu de Baque Virado e Maracatu de Baque Solto, respectivamente.

De fato, a previsão feita pela pesquisadora esteve próxima de se concretizar, pois, apesar da relevância dessas manifestações culturais atualmente - ambas sendo consideradas Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro -, elas foram, por longos anos, perseguidas. O Maracatu Nação, por exemplo, foi perseguido por suas relações com as religiões de matrizes africanas, enquanto o Maracatu Rural, considerado uma descaracterização e deturpação do primeiro, foi constantemente ridicularizado pela imprensa recifense e precisou passar por algumas alterações para ser inserido no Carnaval de Recife.

Há indícios de que essas expressões surgiram no final do século XIX e início do século XX, devido às primeiras publicações encontradas nos jornais de Recife e também pelos primeiros estudos desenvolvidos por folcloristas. Elas se distinguem em alguns aspectos, permeadas de complexidades, que serão tratadas nas seções deste capítulo.

Antes disso, destacamos que a palavra Maracatu, ainda sem uma definição específica, foi muito discutida pelos folcloristas da época, buscando entender seu significado, sendo atribuída, em alguns casos, sua etimologia à cultura indígena, tal como fez Mario de Andrade na década de 1930, na obra *Danças Dramáticas do Brasil*, durante as viagens realizadas pelo modernista em busca da “verdadeira” identidade brasileira. Na década de 1950, o compositor César Guerra-Peixe publica a obra *Maracatus do Recife*, resultado de uma pesquisa de campo, que traz novos dados acerca do Maracatu, e é considerada uma das obras mais completas referentes ao tema.

É nesse material que temos uma das primeiras menções ao que conhecemos hoje como Maracatu de Baque Solto, pois, até então, as poucas pesquisas e registros acerca dessas manifestações culturais estavam relacionadas ao Maracatu de Baque Virado. A partir dos estudos empreendidos sobre os Maracatus, pode-se destacar que o maestro foi o primeiro estudioso a perceber a diferença que havia entre a sonoridade dos grupos. César Guerra-Peixe também foi responsável em evidenciar que a presença do Maracatu de Baque Solto em Recife era resultado do processo de migração, algo que ainda não tinha sido analisado por outros estudiosos. Segundo Medeiros (2005, p. 182), na década de 1930, “[...] com a progressiva substituição do sistema de engenho pelo sistema capitalista nas usinas”, os trabalhadores rurais migraram para a capital do estado em busca de melhores condições de vida e levaram, com eles, seus costumes. E foi precisamente nesse período que começaram os primeiros registros sobre essa nova expressão cultural. Conforme Silva (2020, p. 187),

Talvez essas duas manifestações utilizassem nomes diferentes na época. Mas, em certo momento o mesmo termo passou a ser atribuído a ambos e a existência de duas expressões com o mesmo nome, a despeito de suas radicais diferenças, fez com que as análises sobre o maracatu de baque solto o subsumissem ao maracatu de baque virado. Dessa forma, convencionou-se tomar como dado um desenvolvimento histórico pelo qual se acreditava que o maracatu de baque virado havia surgido primeiro, organizado em torno das estruturas africanas. E o maracatu da Zona da Mata, registrado posteriormente por acadêmicos, foi alvo de diversas especulações sobre suas possíveis origens recentes, tidas como desorganizadas e sem relação estreita com confrarias negras e/ou religiões de matriz africana.

Diante dessas convenções, Guerra-Peixe (1980) determina a existência de dois tipos distintos de Maracatus em Pernambuco e os categoriza como Baque Virado e Baque Solto em virtude de suas sonoridades, como já pontuamos. Segundo Guillen (2007, p. 248), o trabalho realizado por Guerra-Peixe

É produto de uma reflexão madura, pautada em muitas pesquisas, tanto bibliográfica quanto fruto de suas observações nos grupos, momentos em que anotava as músicas ou mesmo as gravava. Essas pesquisas lhe deram segurança para criticar outros autores, seja por lançarem hipóteses sem fundamentos em pesquisa, seja por tratarem as informações com descuido, como se fossem coisas de somenos importância.

Assim, pode-se considerar que a obra de Guerra-Peixe trouxe, além de novas referências, algumas reformulações acerca de determinadas concepções que foram

deturpadas, ou até mesmo ignoradas por estudiosos da época. Como exemplo, o autor contesta a pesquisa realizada por Mario de Andrade. A princípio, o modernista questionou-se em suas análises se o vocábulo Maracatu era originário dos povos africanos, no entanto, sem respostas, considerou interpretá-lo com “voz americana” (Andrade, 1982, p. 137), ou seja, para ele, o vocábulo se assimilava aos fonemas guaranis, portanto, observou que o termo Maracatu era procedente da palavra “maracá”, um instrumento indígena e “catu”, bonito.

Contudo, em seu trabalho *in loco*, Guerra-Peixe não constatou a utilização desse instrumento e sua hipótese apontava que esse termo era de origem africana, pois havia, na África, uma dança praticada por um grupo étnico denominada Maracatu. Embora o trabalho de Mario de Andrade também tenha sido em campo, essas questões passaram despercebidas pelo autor. Como podemos perceber, é uma tarefa complexa determinar a origem desse termo e, como veremos nas próximas seções, há elementos afro-brasileiros e indígenas na composição dos grupos.

Diante das discussões sobre a origem do vocábulo Maracatu, e também da própria manifestação cultural, é possível construir uma ponte que nos leva aos pressupostos foucaultianos. Foucault (1979) descreve a impossibilidade de se alcançar a origem das coisas, visto a inacessibilidade plena dos episódios históricos, provocando, assim, a omissão de narrativas históricas. Nesse sentido, a busca em compreender a origem dos Maracatus, como no caso da origem do vocábulo discutido acima, impediu que outras questões pudessem ser analisadas. Sobre o Maracatu Rural, não há referências no que se refere ao processo criativo sobre a constituição dos personagens que compõem o grupo para entendermos as razões de suas características, pois os discursos dos folcloristas nas primeiras décadas do século XX estavam voltados na busca de uma identidade nacional, mas sem aprofundar a heterogeneidade e pluralidade da cultura nacional e sem a inserção desses sujeitos nesses debates devido ao contexto sócio-histórico, marcado por ideias de cunho nacionalistas, que trataremos no próximo capítulo.

A obra *O folclore no Carnaval do Recife*, publicada na década de 1960, pela antropóloga estadunidense Katarina Real, também merece destaque, apesar da sua declaração de que o Maracatu seria extinto. A pesquisadora viveu no Recife entre os anos de 1961 a 1965 e desenvolveu pesquisas em campo acerca das manifestações culturais de Pernambuco, apresentando as principais características dessas expressões tal como foram observadas por ela nesse período. Esse material também

é composto por fotografias registradas pela própria autora. Além disso, é ela quem vai denominar o Maracatu de Baque Solto como Maracatu Rural, visto que esses grupos surgiram no interior do estado, mais especificamente na zona canavieira do Norte pernambucano e, devido à migração, como já destacamos, organizaram seus grupos na capital pernambucana.

Entre as décadas de 1970 a 1980, existe uma lacuna referente aos Maracatus, sem estudos e sem muitos registros na imprensa, mas, a partir da década de 1990, esse cenário muda. Há pesquisas salientando que essas manifestações passaram a ser evidenciadas a partir do surgimento do *Manguebeat*, movimento que irrompeu na década de 1990 que incluiu, juntamente com o rock, os ritmos regionais pernambucanos, dentre eles, o Maracatu. Outra hipótese aponta para o processo de espetacularização que essas manifestações culturais sofreram. O Maracatu Nação, por exemplo, passa por um processo de espetacularização do sagrado, isto é, seu vínculo com as religiões de matriz africana é considerado, para alguns estudiosos, reminiscências da cultura africana. Contudo, para Koslinski e Guillen (2019), o referido Maracatu não é uma sobrevivência puramente africana; precisamos entender que a África é um continente heterogêneo e que as várias etnias trazidas para o Brasil para mão de obra escrava, de diversas regiões do continente africano, possuíam suas particularidades e, a partir do encontro de vários povos, principalmente negros e indígenas e suas variadas etnias, efetuou-se um entrelaçamento e uma ressignificação de suas práticas. O Maracatu de Baque Solto, por sua vez, tem a figura do caboclo de lança transformado em símbolo do Carnaval pernambucano a partir do crescimento do turismo, conforme destaca Vicente (2005) em seu trabalho sobre essa manifestação cultural, após longos anos sendo ridicularizado e criticado na imprensa recifense, por ser considerado uma deturpação do Maracatu Nação.

O processo de espetacularização, segundo Trigueiro (2005), consiste na apropriação dessas expressões pela mídia para novas demandas de consumo, destacando, novamente, o turismo, um dos principais fatores dessa demanda. O autor também aponta que, em um movimento inverso, “[...] os protagonistas das culturas populares se apropriam das novas tecnologias para reinventarem os seus produtos culturais”, e que nesse campo estratégico se dão negociações dialéticas, conflituosas e paradoxais que fazem parte do mundo globalizado (Trigueiro, 2005, p. 1). Nesse sentido, consideramos que quando essas manifestações culturais acatam determinadas condições - que serão pontuadas nas próximas seções -, elas estão

utilizando uma tática para manterem as suas posições, pois entendemos que a atribuição dessa valorização apenas à agentes exteriores retira desses sujeitos participantes seus trabalhos, suas lutas diárias e seu papel central na construção de seus modos de fazer, nas suas formas de expressão e na manutenção, na maioria das vezes, com recursos escassos, de seus grupos.

Diante disso, encontramos, nessas relações entre as demandas do mundo globalizado e os Maracatus, uma forma de exercício de poder e de resistência. Sobre o conceito de poder, Foucault (1988) nos conduz a uma nova perspectiva; a princípio, a noção que temos sobre o poder refere-se à uma representação soberana de dominação e opressão, no entanto, o filósofo não quer significar o poder como um

conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 1988, p. 102-103).

Portanto, para Michel Foucault, o poder, tal como concebemos, como já discutimos, não existe; o que existe, de fato, são relações de poder e, conforme o autor, “a partir do momento que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”, pois, “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.” (Foucault, 1979, p. 241). Conforme Maciel Júnior (2014), resistir é um ato oposto ao de reagir, pois, quando reagimos, estamos respondendo a algo que o poder quer de nós e, quando resistimos, criamos possibilidades de existir, portanto, para ele, resistir é sinônimo de criar.

Diante disso, antes de apresentarmos como essas expressões se constituem atualmente, evidenciamos que as histórias dos Maracatus são permeadas de complexidades, uma vez que envolvem dimensões culturais, identitárias e também de

hibridismos. Conforme observa Lima (2019), devemos considerar que as ideias que foram consolidadas a partir das investigações empreendidas pelos folcloristas não foram teorizadas e não nos levam a reflexões sobre os modos e práticas desenvolvidas no interior desses grupos, apenas as observações que foram descritas por eles.

Podemos considerar esses discursos como um conjunto de enunciados, tal como proposto por Michel Foucault em sua obra *A Arqueologia do Saber*. Para o autor, segundo Gregolin (2006, p. 95), o discurso pressupõe uma prática e essas práticas discursivas são um conjunto de regras determinadas no tempo e no espaço que buscam compreender a movimentação desses enunciados a partir de “atos praticados por sujeitos historicamente situados.” Ou seja, a maneira como os Maracatus foram descritos pelos folcloristas em um determinado contexto permitiu que essas manifestações fossem vistas como puras e ingênuas, desconsiderando suas capacidades de criação e recriação ao longo da História, mesmo que em alguns casos essas mudanças tenham sido impostas aos grupos.

Portanto, diante dessas primeiras considerações sobre os Maracatus pernambucanos, vamos tratar, nas próximas seções, das características de cada um, pontuando suas histórias, composição dos grupos, religiosidade e as diferenças e semelhanças que constituem essas manifestações. Asseveramos, para tanto, que consideramos as ideias foucaultianas da não linearidade da História. O filósofo, segundo Sargentini (2014, p. 165), “rompe com a continuidade histórica em favor da apreensão das práticas discursivas”, pois, segundo a autora, Foucault julga ser ineficiente uma análise que considera a universalidade dos fatos, uma vez que ele busca, por meio dessa perspectiva, abordar objetos que foram ignorados pela História tradicional. Nesse sentido,

[...] em nossa cultura, pelo menos há vários séculos, os discursos se encadeiam sob a forma de história: recebemos as coisas que foram ditas como vindas de um passado no qual elas se sucederam, se opuseram, se influenciaram, se substituíram, se engendraram e foram acumuladas. As culturas “sem história” não são evidentemente aquelas nas quais não haveria acontecimento, evolução, nem revolução, mas nas quais os discursos não se acumularam sob a forma de história; eles se justapõem; eles se substituem; são esquecidos; transformam-se (Foucault, 2005, p. 75).

Mesmo considerando tais princípios, as exposições que serão realizadas nas seções a seguir, muitas delas, dizem respeito à linearidade tal como estudada por

grande parte dos pesquisadores, uma vez que esses trabalhos foram desenvolvidos sob essa perspectiva. Os conceitos foucaultianos tratados nessa seção serão novamente resgatados e aprofundados no capítulo referente à análise do *corpus* de pesquisa.

## 2.1 MARACATU NAÇÃO

O Maracatu Nação ou Maracatu de Baque Virado é uma manifestação cultural que nasceu nos subúrbios de Recife, relacionada às religiões de matriz africana, que se constitui por um conjunto musical percussivo e um cortejo real (Dossiê Maracatu Nação, 2014). Antes de apresentarmos essa expressão cultural e os elementos que a compõem, vamos retornar alguns séculos para compreendermos sua provável organização.

Com o início das Grandes Navegações iniciadas por Portugal e o tráfico de pessoas do continente africano para servirem de mão-de-obra escrava nas Colônias, os portugueses passaram a impor seus costumes e suas crenças a esses povos e, como forma de mantê-los subalternizados, esses povos foram abrigados na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, pois era a única que aceitava pessoas negras. Segundo Chitunda (2014, p. 80), “a princípio as irmandades estariam a serviço da integração social dos africanos à sociedade escravagista e a acomodação daquele grupo junto às diretrizes do poder vigente que as mantinha em uma condição subalterna”. Além disso, o autor ainda destaca que a maioria das Irmandades se concentraram na América e mudaram sua denominação para Irmandade dos Homens Pretos, devido ao predomínio de negros em seu núcleo. As cerimônias realizadas em comemoração ao dia da Nossa Senhora do Rosário contavam com a coroação do rei e da rainha - aludindo às coroações dos reis e rainhas da Europa -, obrigatoriamente de origem angolana, por ser o maior grupo de negros trazidos ao país. Para tanto, os eleitos para esse cargo deveriam convocar as nações de negros para ajudarem financeiramente a Irmandade. Conforme Chitunda (2014, p. 167)

A parte religiosa da festa era preenchida pela realização da missa, seguida de procissão solene pelas ruas. Após a procissão que se encerrava na Igreja, quando os membros da Irmandade deveriam voltar para as suas casas, outros tipos de manifestação tomavam corpo envolvendo cantos, danças e uso de instrumentos percussivos. Eram os *batuques*.

**Figura 1** - Coroação de uma rainha negra



**Fonte:** Carlos Julião, 1776<sup>2</sup>.

Essa cerimônia ficou conhecida como Coroação dos Reis do Congo. Conforme Tinhorão (2012), a constituição do Maracatu Nação se deu por meio desse evento. Tal culto, conforme o autor, foi uma criação cultural dos africanos em Portugal trazida para o Brasil. Segundo Guerra-Peixe (1980), a instituição dos Reis do Congo compreendia o funcionamento de um regime administrativo, bem como a apresentação dos autos constituía uma parte festiva com dança, música e teatro. Essa solenidade, portanto, favoreceu o surgimento do Maracatu Nação e também de outras expressões, como o Afoxé na Bahia.

Essa manifestação, nas primeiras décadas do século XX, associa-se às religiões afrodescendentes, conhecida em Pernambuco como *Xangô*. Essa relação logo foi observada pelos primeiros pesquisadores dessa expressão, contudo, como não há registros e estudos anteriores a esse período, Lima (2006) propõe que, a princípio, não havia esse vínculo entre elas, até porque essas práticas religiosas ainda estavam em processo de formação no Brasil. Na década de 1930, quando essas religiões já estavam estabelecidas no país, vivia-se uma época

de intensa repressão à cultura afrodescendente. As manifestações religiosas eram tidas como práticas bárbaras, magias e superstições, além de serem criminalizadas pelo código civil como exercício ilegal da medicina, ou mesmo puro charlatanismo. Assim, é possível que a relação entre xangôs e maracatus tenha sido reforçada pela necessidade que tinham os praticantes das religiões afrodescendentes de fugir à repressão. Durante o Estado Novo, no governo de Agamenon Magalhães, houve um forte recrudescimento no

<sup>2</sup> Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/coronation-of-a-black-queen-juli%C3%A3o-carlos-1740-1811/DgGan6WldXqFLQ?hl=pt-br>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

combate às práticas e costumes afro-descendentes, sobretudo aquelas de caráter religioso. A repressão a estas religiões é anterior aos anos trinta do século XX, e muitos terreiros foram invadidos bem como tiveram seus materiais cerimoniais confiscados [...] (Lima, 2006, p. 173).

Portanto, segundo Lima (2006), essa relação ocorreu porque, como o Maracatu era tolerado pela sociedade pernambucana e tinha permissão da polícia para ensaiar e realizar apresentações pela cidade, os praticantes das religiões afro usavam os grupos para mascarar suas práticas religiosas e, dessa forma, conseguiram exercer suas crenças e driblar as perseguições sofridas a partir dessa união.

Tal questão fornece um importante indício de que esta prática acontecia, sobretudo devido ao fato de que os maracatus possuíam permissão dada pela polícia para ensaiarem em suas sedes, sendo, portanto, tolerados. O contrário ocorria com os terreiros durante os governos de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937), em que sofreram intensa vigilância, e Agamenon Magalhães (1937-1945), em que foram perseguidos e reprimidos com grande violência. A título de exemplo, pode-se citar o caso de Pai Adão, um dos mais famosos pais de santo do Recife que, diante dessa repressão, requereu à polícia autorização para manter um maracatu, ou seja, o direito de fazer ensaios. O maracatu de Pai Adão, que na requisição ganhou a designação de Maracatu Africano Obaoumim, possivelmente nunca desfilou pelas ruas da cidade do Recife. Seu nome sequer consta nas páginas dos jornais que sempre listavam os grupos que desfilavam no carnaval (Guillen; Lima, 2006, p. 183).

Hoje, essa expressão está atrelada ao Carnaval e seus desfiles dispõem de uma comitiva real e um grupo percussivo, composto por alfaias, gonguês, caixas, agbês, instrumento que foi introduzido na década de 1990, e atabaques. Além disso, esse segmento ainda conta com a presença de um mestre que, durante as apresentações, canta toadas acompanhadas com a percussão. Segundo o Dossiê do Maracatu Nação (2014, p. 72), “Em sua estrutura, a Toada de Maracatu é, por vezes, executada pelo diálogo entre solista e coro, ou mesmo entoada inteiramente em uníssono pelo conjunto de assistas”. Ainda conforme o documento, “os temas predominantes cantados em cortejos de maracatus de baque virado são motivos ligados à procedência africana” e aos “valores identitários de tradições negras”, mas que também dialogam com o contexto contemporâneo.

Além do grupo percussivo, há o cortejo real que é constituído por, além do rei e da rainha, um príncipe, uma princesa, um pálio que carrega um guarda-sol protegendo a realeza, um integrante portando o estandarte com o nome e data de fundação do grupo, a ala das baianas - que fazem alusão às mulheres que foram

escravizadas - e a dama do paço com sua calunga.

**Figura 2** - Maracatu Estrela Brilhante no Carnaval do Recife.



Fonte: Jedson Nobre, 2015<sup>3</sup>.

A calunga é uma boneca negra, feita de madeira ou de pano, que representa os antepassados africanos, e é guiada por mulheres que cumprem uma obrigação religiosa dentro do Maracatu e seu principal objetivo é trazer proteção aos seus integrantes (Dossiê Maracatu Nação, 2014). As damas do paço - grafado com cedilha, pois refere-se a palácio -, geralmente, são mulheres mais velhas, que não estão mais em seu ciclo menstrual. Além disso, devem ser iniciadas no Candomblé, Umbanda ou na Jurema Sagrada e também devem cumprir resguardo sexual, pois acreditam que isso interfere na proteção dos grupos durante suas apresentações e, portanto, devem manter o corpo limpo, isto é, ter o corpo purificado para que receba boas energias nesses rituais; entretanto, atualmente, essas escolhas ficam a critério de cada grupo. Koslinski e Guillen (2019) destacam que não são todos os grupos que seguem rigorosamente esses preceitos, uma vez que alguns designam mulheres mais jovens para essa função, por questões estéticas, devido aos desfiles do Carnaval contarem pontos nas apresentações dos concursos que são realizados e que garantem premiações aos primeiros colocados.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://interd.net.br/a-tradicao-dos-maracatus-no-recife/18/04/2021/>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

**Figura 3** - Dama do paço com a boneca calunga.



**Fonte:** Perfil do Instagram do Maracatu Nação Encanto do Pina<sup>4</sup>.

Koslinski e Guillen (2019) pontuam a complexidade da dimensão religiosa no Maracatu Nação, uma vez que não são todos os integrantes dos grupos que participam dos rituais religiosos e, também, no interior das religiões afro-brasileiras em Recife, não são todos que participam do Maracatu, corroborando para as questões da espetacularização do sagrado, como já sublinhamos, recurso ainda utilizado na divulgação dessa expressão nos meios midiáticos. Essas questões evidenciam as imposições pelas quais muitas vezes essas expressões passam para conseguir recursos para a manutenção de seus grupos.

Isso nos indica que os discursos que foram cristalizados pelos folcloristas na historicidade, de que essas manifestações carregam uma determinada pureza, tratando-as como reminiscências da África, desconsiderando a multiplicidade desse continente, na verdade, seguiram um caminho contrário. Essas ressignificações nos revelam que o conceito de tradição, sempre atrelado às expressões culturais populares, muitas vezes vistas como imutáveis, toma outro significado, uma vez que elas são dinâmicas e se transformaram ao longo dos anos, mas não apenas pela

---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C3SzangLTHk/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C3SzangLTHk/?img_index=1). Acesso em: 22 de abril de 2024.

imposição de determinadas condições.

Nesse sentido, cabe mencionar a presença das mulheres nos grupos, ocupando cargos que, até então, eram ocupados por homens, em virtude dos preceitos religiosos<sup>5</sup> que as proibiam de exercer determinadas funções. Como exemplo, destacamos a presença das mulheres tocando instrumentos nos grupos percussivos - as mulheres participavam apenas da corte real e na ala das baianas - e também a Mestre Joana D'Arc da Silva Cavalcante que está à frente do grupo Maracatu Nação Encanto do Pina, situado na comunidade do Bode, em Recife. Mestre Joana é a primeira mulher a conquistar e exercer essa função em um Maracatu Nação, contudo ainda enfrenta ataques misóginos pela função que passou a ocupar. Em 2023, o grupo Encanto do Pina consagrou-se campeão do Carnaval de Recife, no entanto, junto com a comemoração do título, foi publicada uma nota de repúdio<sup>6</sup> no perfil do *Instagram* do grupo relatando os ataques sofridos pela mestra.

Embora sofra com essas perseguições, Mestre Joana ainda desenvolve projetos que possibilitam que mulheres ocupem espaços de liderança, não apenas na comunidade em que vive, mas em todo território nacional e também fora do país. O Movimento Baque Mulher constitui-se em grupos percussivos formados apenas por mulheres em vários estados do Brasil; esses grupos se reúnem em encontros anuais com o objetivo de “refletir sobre nós mesmas, tanto individualmente quanto no coletivo, comemorar conquistas, reafirmar lutas, e acima de tudo, exercitar nossa empatia e sororidade com as nossas companheiras<sup>7</sup>”. Esse movimento, que existe e resiste há 14 anos, conta com sua matriz em Recife, 36 filiais no país e uma filial em Portugal. Nesse caso, portanto, podemos perceber que no interior do discurso do Maracatu encontramos um outro discurso, o das mulheres, pois, segundo Fernandes e Sá (2021, p. 42), “um discurso constitui-se de outros discursos e sofre (trans)formações na História.”

Nesta seção, buscamos descrever os principais aspectos que constituem o Maracatu Nação, ou Maracatu de Baque Virado, a fim de conhecer e entender como ocorreu sua organização em meio aos discursos consolidados por folcloristas que apenas descreveram essa manifestação cultural sem se atentar às suas práticas e às

---

<sup>5</sup> Antigamente, as mulheres não podiam participar de algumas funções em seu período menstrual, pois poderiam trazer más energias aos grupos.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpGXQe8v5zj/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>7</sup> No link a seguir, você pode conferir o site do Movimento Baque Mulher e conhecer mais sobre sua história. Disponível em: <https://baquemulher.com.br/encontrosnacionais/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

suas formas de criação. Mas também discorreremos sobre novas hipóteses que revelam outros aspectos sobre sua constituição, a fim de apresentar as novas formulações conforme as novas temporalidades. Na sequência, vamos apresentar o Maracatu de Baque Solto, apontando suas características e sua composição, bem como analisá-lo a partir de algumas concepções empreendidas na conjuntura atual.

## 2.2 MARACATU RURAL

O Maracatu de Baque Solto surgiu na Zona da Mata Norte, especificamente nos engenhos de açúcar em Pernambuco, nos fins do século XIX e início do século XX, como uma brincadeira em meio às folgas do corte de cana. Com figuras simbólicas e imagéticas, o Maracatu Rural pode ser analisado por diversos ângulos, como o religioso, o étnico, o lúdico e o musical, uma vez que essa manifestação é “fruto de múltiplas determinações” (Medeiros, 2005, p. 87), visto que em sua composição há elementos de outras manifestações culturais produzidas no interior do estado por trabalhadores rurais, como o Bumba meu Boi e também o Cavalo Marinho, uma expressão que envolve coreografia, performances e música, realizadas no ciclo natalino com o propósito de celebrar o nascimento de Cristo, e que pode ser entendida como um teatro ao ar livre.

Assim, à frente dos grupos, encontramos três personagens do Cavalo Marinho que também compõem o Maracatu Rural: o Mateus, a Catirina, também conhecida como Catita, e a Burra. No passado, esses personagens caminhavam juntos aos grupos em busca de arrecadar dinheiro e alimentos para os brincantes. Hoje, a função dessas figuras é a de interagir e brincar com o público, além de abrir espaço para o início das apresentações. Segundo Santos (2013, p. 329),

Essas figuras têm uma forte notoriedade na Zona da Mata de Pernambuco sobretudo pela sua história. Conta-se que os negros Mateus e Catirina se encontravam perdidos no mato, com fome, quando surgiu um caçador acompanhado de uma burra chamada Calu. O caçador e a burra lhes deram comida e lhe ajudaram a encontrar o caminho de casa. Por causa disso, de vez enquanto, o caçador e sua burra fazem uma festa e convidam várias pessoas. Catirina serve a comida e bebida aos visitantes, ela é representada como uma negra com uma cesta de alimentos nas mãos. [...] Mateus representa no maracatu o negro, o trabalhador em busca do trabalho.

Outra particularidade do Maracatu de Baque Solto é o caboclo de lança. Esse

personagem usa uma gola bordada de lantejoulas em um tecido de veludo, semelhante a um poncho, um chapéu coberto com tiras coloridas de papel metalizado, portando uma lança, também chamada de guiada, coberta de fitas. Alguns integrantes pintam seus rostos com urucum e carregam uma flor de cravo na boca para proteção durante as apresentações. Outras formas de proteção também são realizadas, tais como rituais, banhos, defumações, mas, como veremos, é um critério reservado a cada um, dependendo de suas crenças. Além disso, outra característica dessa figura é o uso de um surrão embaixo da gola. O surrão, de acordo com Real (1967), são chocalhos presos às costas dos caboclos, como podemos observar a seguir, que produzem um som peculiar.

**Figura 4** - Surrão utilizado pelos caboclos de lança na sede do Maracatu Águia Misteriosa em Nazaré da Mata – PE.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2023.

O som produzido pelo surrão se une ao do terno, grupo instrumental que compõe essa expressão, que se constitui de gonguê, ganzá, tarol, cuíca, bombo ou surdo, além dos instrumentos de sopro, como o trombone e o trompete. É pelo uso dos instrumentos de sopro que o maestro Guerra-Peixe os denominou de Maracatu de Baque Solto, devido ao toque ser diferente e mais acelerado comparado ao do

Maracatu de Baque Virado e, por isso, o pesquisador os denominou também de Maracatu de Orquestra; contudo, essa denominação é a menos utilizada. Para completar esse núcleo, temos o mestre, que também é chamado de poeta pelos maracatuzeiros, que improvisa loas com os mais diversos temas durante as apresentações. As loas, segundo Medeiros (2005, p. 103), “são versos cantados pelos mestres”. Vale destacar que esses versos, segundo o Dossiê do Maracatu de Baque Solto (2013, p. 38), “têm parentesco com os repentes de viola e com a poesia de cordel, na rima e métrica.” Além disso, um contramestre o acompanha para repetir os últimos versos de sua improvisação. O mestre e o contramestre também empunham um apito e uma bengala, com o intuito de guiar seu grupo e determinar o momento em que vão iniciar as improvisações, fazendo com que os instrumentos sejam interrompidos para que o mestre possa entoar seus versos e o contramestre repeti-los. Na imagem a seguir, podemos observar a disposição do grupo instrumental, juntamente com o mestre e o contramestre.

**Figura 5** - Apresentação do Maracatu de Baque Solto Estrela de Ouro de Aliança na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE), em Olinda, Pernambuco.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2018.

Os versos improvisados pelos mestres tratam de diversos temas, mas os assuntos mais abordados referem-se ao descaso com a cultura, política e as injustiças sociais.

Os mestres de maracatu fazem uso dos versos para problematizar as condições de vida e todos os problemas que vivenciam, além de buscarem

ressaltar as características do folguedo e demonstrar através de suas habilidades, o domínio de um saber. Os mestres de maracatu, enquanto brincantes, produtores de uma cultura, ocupam um lugar que os diferencia. Através de versos cantados nas sambadas e em apresentações, reivindicam um lugar que não é ocupado por todos (Brito, 2020, p. 86).

Ainda no que se refere aos integrantes que compõem os grupos de Maracatu Rural, temos a presença do caboclo de pena. Também conhecido como *túxau* e *arreiamá*, essa figura representa a herança indígena, presente nessa região, com seu grande cocar de plumas e um machado enfeitado com fitas; também usa uma gola bordada semelhante ao caboclo de lança, contudo em tamanho menor. Com relação às suas denominações, Medeiros (2005, p. 119) apresenta a fala de um maracatuzeiro acerca do significado dessa palavra: “*O nome arreiamá está se referindo ao fato de que ele tira, abaixa, arreia o mal. Ele tira todo o atrapalho que tiver no maracatu, ele limpa o terreiro, ele faz a limpeza*”. No Dossiê elaborado e produzido pelo IPHAN, juntamente com os integrantes dos grupos de Maracatu Rural para a salvaguarda dessa manifestação cultural, encontramos uma explicação sobre o vocábulo *túxau*, extraído de um artigo do escritor recifense Valdemar de Oliveira, relacionado a esse personagem. Segundo o documento,

Nesse contexto de convergências e divergências de hipóteses, fica ainda mais interessante chamar a atenção para a palavra indígena que compõe o título do artigo de Valdemar de Oliveira. “Tucháus” – tuwi’xawa, em tupi – corresponde a tuchaua ou tuxaua, tubichaba ou tubicháua, e significa “o chefe, o maioral”, segundo o Vocabulário Tupi - Guaraní, de Silveira Bueno. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, tuxaua, ou morubixaba, é o indivíduo influente no lugar que mora, indivíduo valentão, mandachuva. Morubixaba é o chefe, o cacique, o principal da tribo. Este sentido tupi da nomenclatura não é questionado, em momento algum do artigo, quando aplicado aos caboclos de lança, nem o autor levanta a possibilidade de que se refira apenas aos caboclos de pena e não aos lanceiros. Tal sentido etimológico é, entretanto, deslocado quando a terminologia passa a referir-se somente ao caboclo de pena, a partir dos registros da antropóloga norte-americana Katarina Real (1967) [...]. Na condição de sinônimo de *arreiamá*, o *tuxau* seria o chefe religioso do grupo, o pajé, o xamã, aquele que cuida da espiritualidade, da segurança e saúde dos integrantes do maracatu (Dossiê, 2013, p. 181-182).

Acerca desse tema, e em meio às várias suposições, consideramos que essa denominação também pode estar relacionada ao povo indígena Tuxá, presente na região da Bahia e de Pernambuco, uma vez que a atuação desse personagem no Maracatu Rural nos revela que sua composição se constitui de elementos da cultura em que estão inseridos.

Assim como o Maracatu Nação, o de Baque Solto também conta com um cortejo real em suas apresentações. No entanto, segundo Silva (2005), essa inclusão se deu por imposição da Federação Carnavalesca de Pernambuco, pois, para que pudessem desfilarem no carnaval da cidade, deveriam incluir a comitiva real, e assim o fizeram. Além de viabilizar verbas para os desfiles, essa instituição também foi criada para fiscalizar e controlar<sup>8</sup> os grupos que se apresentam nesse período.

Com a inclusão do cortejo real, alguns elementos de religiões afro-brasileiras que encontramos nessa expressão, principalmente os rituais e a boneca calunga, ao que tudo indica, foram vinculados ao Maracatu de Baque Solto devido às imposições da Federação. Segundo Brito (2020), a boneca está associada à proteção espiritual e seria como um escudo que absorve todas as energias ruins de cada grupo. Assim como no Maracatu Nação, a dama do paço é quem carrega essa peça nas apresentações. Além disso, essa mulher também precisa ser iniciada em algum segmento religioso, como o Candomblé, mas também da Umbanda ou Jurema, para preparar todo o processo ritual, como já destacamos na seção anterior.

Ainda com relação às questões religiosas, Brito (2020), em conversa com os brincantes de Maracatu Rural, relata que os integrantes dos grupos também seguem outras crenças, além das de matriz afro e indígena. Contudo, muitos maracatuzeiros realizam rituais dessas religiões, tais como banhos, defumações, oferendas para os orixás, para saírem durante o Carnaval, com o intuito de se protegerem nesse período. Destacamos, ainda, que no período de Páscoa, os integrantes de cada grupo se reúnem para comemorar a data e alguns grupos saem para desfilarem pela cidade. Isso nos mostra que a religiosidade presente nessa expressão tem uma dimensão sincrética, em que várias crenças se reúnem em um mesmo espaço.

Além disso, os ensaios são um dos costumes do Maracatu de Baque Solto, que têm início em setembro e vão até as vésperas do Carnaval. Esses encontros são esporádicos, geralmente marcados aos sábados, duram até o dia amanhecer e acontecem nas cidades da Zona da Mata Norte onde estão situadas as sedes dos

---

<sup>8</sup> Segundo Vidal (2010, p. 123), um dos motivos também da criação da Federação era a de “conter o avanço” do comunismo no país, pois, como os grupos carnavalescos eram formados por trabalhadores, para os governantes conservadores da época, eles estariam mais próximos de se alinhar a essa vertente: “Vistas as pretensões da federação Carnavalesca, [...], pode-se perceber a existência de um projeto civilizador associado a um conjunto de elementos identitários. A ideia de utilizar o carnaval pedagogicamente imprimiu à festa um sentido político claro, em que a “brincadeira” era o elemento aglutinador das massas e da difusão do ideal do Estado Novo, cujos dirigentes combateram, com todas as armas à disposição, as ameaças de ideias subversivas, principalmente, o comunismo.”

grupos. Em Nazaré da Mata, também conhecida como Terra do Maracatu por comportar a maior quantidade de grupos, e também um dos mais antigos, o Cambinda Brasileira - que foi fundado em 1918 no Engenho do Cumbe -, há o Parque dos Lanceiros, local onde a maioria dos ensaios acontecem, principalmente as sambadas. As sambadas são os duelos envolvendo dois grupos de Maracatu, em uma disputa poética entre os mestres e que só finaliza ao amanhecer com o mestre “vencedor”, ou seja, aquele que melhor improvisou suas métricas no decorrer da noite. Quando um ensaio é marcado para acontecer no Parque dos Lanceiros, o grupo sai de sua sede e caminha pela cidade em direção ao local. Destacamos, ainda, que, nesses ensaios, os integrantes não saem com suas fantasias.

**Figura 6** - Ensaio do Maracatu Leão Misterioso em Nazaré da Mata.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Embora o maior fluxo de apresentações seja no Carnaval, os Maracatus Rurais também fazem apresentações fora desse circuito, como nos Encontros de Maracatu, muitos deles produzidos pelos próprios brincantes, a FENEARTE (Feira Nacional de Negócios do Artesanato) e o FIG (Festival de Inverno de Garanhuns) que ocorrem no estado de Pernambuco. Essas apresentações fora do circuito carnavalesco

acontecem com um número reduzido de participantes, por diversos motivos: para não danificar todas as fantasias; porque alguns integrantes não podem comparecer, pois não são dispensados de seus trabalhos; e também por falta de recursos, um dos maiores problemas que afetam os grupos. Outro problema que impossibilita muitos grupos de obterem recursos são os editais de fomento à cultura, em virtude da burocratização que dificulta o acesso aos processos licitatórios públicos.

**Figura 7** - Encontro de Maracatus no Cruzeiro da Bringa em um antigo engenho de açúcar no município de Tracunhaém – PE.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2023.

Vicente (2005), em suas investigações sobre como o Maracatu Rural foi e é representado nos meios de comunicação, destaca que, até a década de 1980, essa expressão ainda era invisibilizada. A autora encontrou apenas uma manchete referente ao Carnaval de 1980 sobre o Maracatu de Baque Solto. Na década de 1990, a pesquisadora encontrou 15 publicações, abarcando comentários, elogios e também críticas negativas. Ela destaca que, a partir desse período, essa manifestação passa por um processo de espetacularização. Essa ação acontece em virtude da mercantilização dessa expressão efetuada pelo governo pernambucano, principalmente relacionada ao crescimento do turismo, tornando a figura do caboclo de lança um símbolo da cultura pernambucana. Segundo Vicente (2005, p. 136),

Se por um lado o Estado se apropria da imagem do *caboclo de lança* com a finalidade de criar laços identitários entre a sociedade e governo e atrair turistas, por outro, o discurso que envolve o cenário cultural não valoriza a ação dos populares.

No Maracatu de Baque Solto, as mulheres também passam a ocupar espaços que apenas homens ocupavam. Um dos fatores que impediam as mulheres de participar da brincadeira eram as constantes brigas em que os integrantes se envolviam. Por exigência da Federação Carnavalesca de Pernambuco, as mulheres iniciaram suas participações nessa manifestação, a princípio, na ala das baianas, em que, antes, homens se vestiam de mulheres para desfilarem (Vasconcelos, 2016). Hoje, elas não só ocupam esse espaço, mas também tocam instrumentos, são mestras, são caboclas de lança, exercem funções de diretora, tesoureira etc. Em seu estudo, Brito (2020, p. 88) destaca que

Às mulheres, cabia apenas o auxílio no preparo da “arrumação”, ou seja, a produção da fantasia e na preparação religiosa, por parte das mães de santo. Entre os motivos que justificam a ausência das mulheres como personagens, nas apresentações do passado, estão a violência que caracterizava o encontro entre os grupos de maracatu rural; mas, sobretudo, o caráter negativo que se impôs sobre a figura feminina.

Esse caráter refere-se ao preceito religioso de que as mulheres, quando estão em seu período menstrual, podem trazer más energias nas apresentações e provocar prejuízos aos grupos. Contudo, como a autora destaca, e também como vimos na seção anterior com o Maracatu Nação, não são todos os grupos que seguem rigorosamente esses princípios.

Na atual conjuntura, em que há um notável movimento de mulheres que estão se organizando e refletindo sobre suas posições na sociedade, elas vêm, aos poucos, conquistando e ocupando novos espaços. É o caso do grupo de Maracatu Rural constituído apenas por mulheres no município de Nazaré da Mata, o Maracatu Coração Nazareno, fundado em 2004 pela Associação das Mulheres de Nazaré da Mata (AMUNAM), cujo objetivo é “ampliar a participação das mulheres no campo da cultura, como forma de inserção na sociedade, favorecendo assim a geração de trabalho e renda” (Vasconcelos, 2016, p. 59).

No que se refere a essas transformações históricas, destacamos que, a partir do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, muitos projetos passaram

a ser desenvolvidos com o objetivo de valorizar a cultura nacional. Em 2012, por exemplo, um Dossiê começou a ser idealizado para divulgar o Maracatu de Baque Solto como um bem a ser preservado, a partir da sugestão do então governador do estado de Pernambuco, Eduardo Campos, um político que sempre defendeu a cultura de seu estado e que sempre buscou promover ações que a valorizassem. Nesse material, além da identificação dessa expressão cultural, com o levantamento de vários aspectos envolvendo História, Geografia, Antropologia, os organizadores, no caso, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), junto com os integrantes dos grupos, levantaram diretrizes para sua salvaguarda, fortalecendo a irrupção dessa manifestação cultural como patrimônio histórico, por meio de seu reconhecimento como também das suas necessidades, mediante às suas reivindicações, para manutenção desses grupos.

Essas diretrizes foram organizadas em cinco eixos, os quais permitiram a salvaguarda do Maracatu de Baque Solto: estrutura física e burocrática, que trata a questão da falta de estrutura ou inexistência da sede dos grupos; produção e reprodução cultural, que aborda a transmissão dos saberes para crianças e jovens; mobilização social e alcance da política, que aborda a aplicação dos recursos de fomento e elaboração de políticas públicas; gestão participativa e sustentabilidade, que versa sobre a questão das atividades dos grupos, como as sambadas, oficinas e os recursos para subsidiar essas atividades e, por fim, a difusão e valorização que se refere à divulgação desses grupos (Dossiê Maracatu de Baque Solto, 2013).

Após a análise de uma equipe diretiva do IPHAN, constituído por diversos profissionais da área, o Maracatu de Baque Solto tornou-se, em 2014, Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Diante disso, propomos analisar o documento que possibilitou esse título a essa manifestação cultural, buscando apresentar as conexões que permearam esse processo, pois, nesse material, encontramos um espaço de enunciação, “no qual os sujeitos se inscrevem em relações de poder por meio de discursos” (Fernandes, 2014, p. 114). Além disso, para entendermos as lutas enfrentadas pelos brincantes de Maracatu Rural, precisamos entrar na ordem do discurso e analisar esse material a fim de verificar suas regras, jogos, regimes e práticas, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10).

Mas, antes disso, no próximo capítulo, vamos tratar sobre o conceito de

patrimônio, não só material, mas também imaterial, para entendermos os seus principais objetivos e compreendermos os seus processos para a preservação dos bens culturais.

### 3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PATRIMÔNIO

Neste capítulo, buscamos apresentar as dimensões do patrimônio material e imaterial, sobretudo o conceito de imaterial, uma vez que estamos tratando de uma manifestação cultural de um grupo formador da sociedade brasileira, como foi definido na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Para iniciarmos nossas discussões, vale destacar que a noção de patrimônio ampliou-se nas últimas décadas.

O historiador François Hartog nos apresenta algumas descontinuidades e rupturas acerca da noção de patrimônio. Segundo o autor, foi na Europa, mais especificamente em Roma, que a noção inicial de patrimônio é forjada. Do latim *patrimonium*, esse termo estava, a princípio, relacionado à ideia de herança, em outras palavras, “o patrimônio era o conjunto dos bens familiares, vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens-a-transmitir” (Poulot, 2009, p. 16). A partir da Revolução Francesa a concepção de patrimônio se torna um instrumento político, com os museus acolhendo artefatos, muitos deles saqueados por Napoleão Bonaparte. É nesse momento que a ideia de patrimônio passa a ser “coletiva” e não mais relativa à propriedade privada, demonstrando a soberania de uma nação, neste caso, a França (Hartog, 2015).

Conforme Martins (2013), a noção de patrimônio passou por grandes reformulações ao longo do tempo, pois, até então, tal definição era guiada por uma perspectiva materialista e monumentalista e, por longos anos, apenas monumentos de interesse nacional, em outras palavras, monumentos ligados à elite, eram protegidos pelas políticas patrimoniais (Hartog, 2015), como veremos em alguns casos, principalmente no Brasil. Com diversos debates, como os promovidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) - mas solicitados por países subdesenvolvidos, tais como a Bolívia, insatisfeitos com as políticas que apenas preservavam a cultura das elites -, tratando acerca das diversidades presentes nos países, essa noção alarga-se e, ainda segundo Martins (2013), novas diretrizes políticas acerca do patrimônio são criadas, considerando os bens culturais em uma dimensão imaterial, como uma forma de distingui-los dos bens materiais.

Ainda nessa discussão, cabe mencionar que, segundo Chuva (2015), uma nova concepção de cultura surge focada não apenas no produto, mas no processo de produção e dos agentes produtores. Conforme Pereiro (2006), o patrimônio cultural é

um conceito que nasce na França, na década de 1980, que redefine os conceitos de folclore, cultura popular e tradicional. Além disso, conforme Hartog (2015, p. 233), nessa mesma década a noção de patrimônio se “multiplicou e descentralizou”. Assim, de acordo com Pereiro (2006), podemos dizer que o patrimônio cultural, dentro de uma visão antropológica, é a representação das identidades de grupos e comunidades, que reforçam um sentido comunitário. Assim, embora seja considerado um patrimônio nacional, destacamos que não apenas o Maracatu de Baque Solto, mas também outros patrimônios imateriais, não são homogêneos, pois representam a diversidade encontrada no território brasileiro. Para Foucault (2004), a identidade é um procedimento que favorece as relações sociais. Em conformidade com o filósofo,

Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmo não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés da identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal (Foucault, 2004, p. 266).

Dessa forma, devido à ampliação da noção de patrimônio, relacionado com outros conceitos, tais como o de identidade, como já abordamos acima, surge a concepção de imaterial, pois, até então, apenas os patrimônios materiais desfrutavam de reconhecimento. Com a entrada de novos atores sociais (De Paoli, 2013) nesse debate, para o resgate de histórias de sujeitos que foram marginalizados na História, nessa nova ótica, portanto, tratar sobre patrimônio, conforme Chuva (2020), é ocupar-se sobre o direito à memória de sujeitos que sempre foram silenciados. No capítulo destinado à análise do *corpus*, vamos conhecer, por meio do diálogo estabelecido com os maracatuzeiros para o desenvolvimento do documento que possibilitou o título de patrimônio cultural imaterial brasileiro a essa manifestação, suas próprias narrativas acerca de suas demandas para salvaguardar esse bem.

Para tratar sobre as noções de patrimônio, vamos nos fundamentar nas ideias de discurso de Michel Foucault, em que o autor concebe o discurso como uma prática social que obedece determinadas regras, que vão constituir e formar saberes e poderes em uma sociedade. Em outras palavras, discurso, para o autor, não são apenas palavras ou textos, mas sim práticas sociais que têm efeitos reais no mundo. Para compreender, portanto, como o Maracatu Rural se tornou um patrimônio

imaterial, precisamos conhecer os acontecimentos discursivos que possibilitaram tal registro.

Na próxima seção, vamos discorrer sobre a concepção de patrimônio no Brasil, selecionando períodos importantes da História do país para mostrar que “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito” e “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar” (Foucault, 1986, p. 28-31) a fim de, como proposto por Foucault (1986), reconstituir os discursos e compreender seus enunciados em sua estreiteza e singularidade. Na sequência, vamos tratar sobre o conceito de patrimonialização, pois são questões pertinentes para o desenvolvimento dessa pesquisa, além de apresentar algumas questões importantes que culminaram nesse processo.

### 3.1 A QUESTÃO PATRIMONIAL DO BRASIL

Conforme José Fernandes (2010), muitos estudos relacionados à questão patrimonial do país atribuem à década de 1930 o pioneirismo da política patrimonial. Segundo o autor, contudo, em meados do século XIX, já havia indícios de uma construção da memória nacional, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), após a Independência do Brasil. Surge, assim, a necessidade de um projeto que buscasse unificar a nação brasileira, em decorrência das revoltas que aconteceram em território nacional. Pode-se dizer, ressaltando José Fernandes (2010), que tais ideias foram precursoras das políticas patrimoniais do país, pois o grande objetivo era construir uma História pautada em

recriar um passado homogêneo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos históricos, construir a galeria dos “heróis nacionais”, através de estudo, pesquisa e elaboração de biografias, capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria (Fernandes, p. 5).

Com a transição da Monarquia para a República, a ideia de liberdade trazida pelo regime republicano não se efetivou no país, pois a herança monárquica ainda ficou marcada nesse período, como as estruturas e hierarquias sociais (Napolitano, 2017). Além disso, “mesmo o importante movimento social abolicionista surgido nos anos 1880 não foi capaz de mudar a perspectiva conservadora e excludente da

política social do Brasil” em todo processo que levou ao fim - na teoria<sup>9</sup> -, do sistema escravocrata (Napolitano, 2017, p. 10-11).

O autoritarismo e as ideias nacionalistas sempre estiveram, e ainda estão, presentes na História do Brasil. Esses ideais marcaram, por exemplo, o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930. Nesse período, manifestam-se diversas correntes de ideias, mas “[...] a reforma da sociedade era pensada como um atributo da elite, cabendo a ela o papel civilizatório” (Oliveira, 2008, p. 100), ou seja, apenas os intelectuais da elite estavam habilitados a promover ideias para a (re)construção da história nacional. Diante disso, os intelectuais da época exerceram diversas funções nesse período, principalmente no setor cultural, com a participação de muitos modernistas, tais como Rodrigo Melo de Franco Andrade e Mário de Andrade.

Rodrigo Melo de Franco Andrade é um exemplo de intelectual participante do modernismo que se tornou um quadro importante da nova burocracia cultural. Atuando no jornalismo desde os anos 1920, quando participou da *Revista Brasil*, começou a trabalhar no recém-criado Ministério da Educação e Cultura logo após a Revolução de 1930. A partir de então, destacou-se na discussão sobre a defesa do patrimônio histórico e arquitetônico, sendo um dos fundadores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão criado em 1937 e dirigido por ele nos 30 anos seguintes. Ao lado de Mário de Andrade, intelectual paulista que era um dos líderes dos modernistas, Rodrigo Melo de Franco Andrade elaborou a legislação básica de patrimônio cultural, embora entre os dois houvesse certas diferenças de concepção. Enquanto Mário de Andrade se preocupava com a preservação do que é hoje chamado de “patrimônio imaterial”, legado da tradição oral das classes populares, Rodrigo de Melo Franco acabou por enfatizar a preservação e o tombamento dos grandes monumentos arquitetônicos criados pela administração colonial e pela presença da Igreja Católica desde o século XVI, com especial foco na arquitetura barroca. Ambos consideravam o barroco o nascimento de uma cultura original no Brasil colonial, que já não era mera cópia dos padrões culturais e arquitetônicos europeus (Napolitano, 2017, p. 141).

Outro momento que destacamos é a Ditadura Militar (1964-1985). A cultura, nesse cenário, também teve um papel de destaque, visto que, em governos autoritários, seu papel “seria realçar elementos que compõem a nação” (Maia, 2012, p. 173). Fernandes (2013), em seu trabalho, aponta que, no regime militar, buscou-se implantar um projeto político-ideológico no âmbito da cultura, identificado em três frentes de atuação: 1) a censura a determinado tipo de produção cultural, sobretudo as de oposição ao governo e/ou que ferisse os costumes conservadores da época; 2)

---

<sup>9</sup> Na prática, após a abolição, nenhuma política pública foi criada para a inclusão dos negros na sociedade brasileira, deixando-os sem acesso a direitos básicos como saúde, educação e ao exercício da cidadania, e sob condições análogas à escravidão.

investimento em infraestrutura em telecomunicações, em virtude dos projetos de modernização do país, mas que serviram como uma forma de controle das mídias; 3) criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar as políticas culturais dos militares. Sublinhamos, nesse ponto, a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), dentre outros. No entanto, a autora destaca que, embora tenham criado projetos referentes à área cultural, tais ações não foram progressistas, pois todos esses setores deviam estar alinhados à tradição e aos valores da época. Em outras palavras, no período ditatorial, o objetivo dos militares era exclusivamente o controle do setor cultural, como uma forma de propagar suas ideias e ideais.

Nesse período, a questão patrimonial se voltou para a conservação e restauração de bens arquitetônicos, uma vez que o objetivo socioeconômico da época estava atrelado ao desenvolvimento do turismo, sobretudo de regiões fora da região Sudeste, tal como o Nordeste, e a associação entre a cultura, o patrimônio e o turismo era imprescindível para a expansão das políticas autoritárias do regime (Chuva; Lavinias, 2016). Embora o projeto de expansão e descentralização promovesse a “incorporação das políticas culturais nas políticas nacionais de desenvolvimento social” (Chuva; Lavinias, 2016, p. 93), não houve, conforme as autoras expõem, estratégias inclusivas, pois as demandas empresariais do turismo estavam em alta e tal propósito era mais promissor ao regime do que a promoção de políticas públicas de acessos igualitários. Assim, podemos perceber que as políticas desenvolvidas no regime ditatorial ainda se assemelham às que foram elaboradas em décadas anteriores, em que a noção de patrimônio fora utilizada como uma ferramenta para estimular um sentimento de nacionalidade, pois “A valorização da tradição, tão característica do pensamento conservador, busca no passado a essência formadora daquele Estado” (Maia, 2012, p. 156), por isso a preservação dos bens das elites é primordial nesse processo, visto que tal valorização cria um sentimento uno em uma suposta defesa da nação.

Tais mecanismos utilizados nesses períodos podem ser considerados como uma forma de manter a sociedade brasileira disciplinada. O filósofo Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir* (1987), investiga o poder soberano das sociedades antigas e as formas de castigos e punições aplicados. No capitalismo, o poder disciplinar surge como uma forma de pacificação da sociedade para o desenvolvimento da

economia. Assim, surge a noção de poder disciplinar proposta por Foucault (1987), que vai moldar os comportamentos dos sujeitos na sociedade moderna. Em resumo, conforme Revel (2005, p. 35), “caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático de tempo, de espaço e do movimento dos indivíduos e que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos” e que podemos comparar com o caso do regime militar que buscava tornar o Brasil, neste caso, um país obediente às regras estabelecidas pelos militares. Além disso, segundo Foucault (1987, p. 153), “[...] O poder disciplinar é com efeito um poder que [...] tem como função maior adestrar. [...] A disciplina fabrica indivíduos” e é uma técnica de poder que toma os indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício.

Na Ditadura Militar, por exemplo, além de fabricar indivíduos adestrados a esse regime, outros indivíduos emergiram dessas relações, pois onde há o exercício do poder, há resistência. Foucault (1987) nos ensina, como já pontuamos, que precisamos também deixar de descrever os efeitos de poder em seus termos negativos, pois o poder, em sua relação com o saber, produz espaços em que os sujeitos podem falar sobre os objetos dos seus discursos. Damos destaque, a partir de agora, ao movimento negro e ao movimento dos trabalhadores rurais, na medida em que o Maracatu Rural está inserido nesses âmbitos.

A abertura política começa a ser desenhada no final de década de 1970 e início da década de 1980, a partir das tensões entre o regime militar e a sociedade civil, sobretudo devido à questão econômica que resultou em precárias condições de trabalho e desemprego no país. Na busca dos seus direitos, muitas greves eclodiram nesse período, no entanto, em decorrência disso, muitas opressões também ocorreram para tentar frear essas movimentações (Napolitano, 1998). Diante dessas crises sociais, a esquerda busca assumir protagonismo nessa transição, e o recém criado Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, assume esse papel. Apesar das diversas manifestações, como as Diretas Já, exigindo que o povo pudesse voltar às urnas e ter o poder de escolher seus representantes,

Em janeiro de 1985, a chapa Tancredo-Sarney<sup>10</sup> conseguiu uma vitória esmagadora contra Paulo Maluf. O presidente vitorioso, que não chegaria a tomar posse devido a problemas de saúde, prometia o advento da *Nova*

---

<sup>10</sup> Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assume a presidência do país em 1985. As eleições diretas só vão acontecer em 1989, com a vitória de Fernando Collor de Mello.

*República* e o encerramento do ciclo dos militares no poder. Era o começo de uma “transição democrática”, produto da saída dos militares. Mesmo acusada pela esquerda de ser uma opção conservadora, a Nova República prometia a redemocratização não só do estado, mas também da sociedade brasileira (Napolitano, 1998, p. 99).

Portanto, em meados da década de 1980, em decorrência da insatisfação da sociedade com as políticas autoritárias, a Ditadura Militar entra em declínio. Inicia-se, assim, uma ruptura e o projeto de redemocratização do país começa a ser traçado, principalmente a partir das lutas dos movimentos sociais. Como parte da transição, a sociedade civil participa da elaboração da Constituição Federal, promulgada em 1988, que começou a ser elaborada a partir da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A luta dos trabalhadores rurais garantiu, na CF/88, os mesmos direitos sociais<sup>11</sup> que os trabalhadores urbanos que “visem sempre à melhoria de sua condição social” (Brasil, 1988, p. 20), além de deixá-los livres com relação à associação profissional ou sindical, uma vez que no período ditatorial muitos sindicatos foram dissolvidos, em virtude das filiações partidárias ligadas à esquerda.

Com relação ao Movimento Negro, criado na década de 1970, devemos destacar que, além da luta principal, a luta contra o racismo, outros movimentos inseridos nesse âmbito podem ser identificados e buscavam o reconhecimento dos “valores negros e o uso desses valores como alicerce para a luta pela construção de uma sociedade racialmente plural” (Queiroz, 2010, p. 98). Em Pernambuco, o Movimento Negro atuou juntamente com a cultura a fim de fortalecê-la. Queiroz (2010) destaca, a título de exemplo, que um panfleto produzido pelo grupo pernambucano, composto pelos poucos estudantes negros da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), evidenciava que a arte afro-brasileira não era folclore, mas sim a cultura de uma raça. Cabe lembrar que o conceito de folclore foi uma designação europeia para caracterizar a cultura de sujeitos marginalizados.

Nesse campo de forças, tais ideias, portanto, vão contribuir com a elaboração da CF/88. Nesse documento, segundo Queiroz (2010), o Movimento Negro emplacou duas vitórias: 1) o racismo tornou-se crime imprescritível e inafiançável e 2) as terras quilombolas tornaram-se passíveis de titulação. Além disso, a atuação desses movimentos possibilitou a inclusão de questões relacionadas a cultura. No

---

<sup>11</sup> **Art 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988, p. 20).

documento, por exemplo, os artigos 215 e 216, que tratam acerca da questão cultural do país, foram resultado dessas movimentações. Cabe, nesse momento, apresentá-los, pois foi em virtude desses artigos que as políticas, principalmente referentes ao patrimônio imaterial, fossem criadas.

No Art. 215., “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. No § 1º do mesmo artigo, o Estado ainda garante que “protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” e estabelece no § 3º o Plano Nacional de Cultura visando ao desenvolvimento da cultura e à integração de ações do poder público que conduzem à

- I–defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II–produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III–formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV–democratização do acesso aos bens de cultura;
- V–valorização da diversidade étnica e regional (Brasil, 2016, p. 126).

Por conseguinte, no Art. 216, o documento vai destacar que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e que nesse âmbito incluem-se

- I–as formas de expressão;
- II–os modos de criar, fazer e viver;
- III–as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV–as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V–os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 2016, p. 126).

Ainda que esses direitos tenham sido definidos em 1988, podemos dizer que essas garantias apenas foram colocadas em prática, de forma mais efetiva, a partir dos anos 2000, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Na próxima seção, portanto, vamos discorrer acerca das políticas patrimoniais referentes ao patrimônio imaterial e ao processo de patrimonialização do Maracatu de Baque Solto.

### 3.2 PATRIMÔNIO IMATERIAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO MARACATU DE BAQUE SOLTO

Embora a CF/88 tenha sido um marco para a questão patrimonial no Brasil, sobretudo com relação ao patrimônio imaterial, apenas no ano 2000, com o Decreto nº 3551, “as bases legais para a patrimonialização<sup>12</sup> de bens de natureza imaterial” (Chuva, 2015, p. 8) começam, aos poucos, a serem definidas. Nesse documento, é instituído o registro dos bens imateriais da cultura brasileira. O registro, como destaca Chuva (2015, p. 11),

é o instrumento administrativo utilizado para a patrimonialização de um bem cultural de natureza imaterial pelo Estado, através da sua agência especializada, o IPHAN. Até o momento, a aplicação do Registro tem sido priorizada para os bens identificados com a cultura tradicional e popular, indígena e afrodescendente, embora seu escopo não esteja restrito a bens desse tipo.

Além do registro do patrimônio imaterial, o decreto criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse programa tem como objetivo reconhecer, identificar, salvaguardar e promover o patrimônio cultural brasileiro. Para identificar os patrimônios dessa natureza, foram instituídos quatro livros de registro: 1) Livro dos Saberes<sup>13</sup>, onde são inscritos os conhecimentos e os modos de fazer que estão enraizados em uma comunidade, tais como os modos de fazer queijo minas artesanal e o ofício das baianas de acarajé; 2) Livro das Celebrações<sup>14</sup>, que registra rituais e festas que marcam a vivência coletiva, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré realizado no Pará e o Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê; 3) Livros dos Lugares<sup>15</sup>, que registra os mercados, feiras, santuários onde concentram-se práticas coletivas, como a feira de Caruaru e a Tava, lugar de referência para o Povo Guarani; e 4) Livro das Formas de Expressão<sup>16</sup>, que registra as manifestações artísticas em geral, como a Roda de Capoeira, Carimbó, Maracatu Nação e o Maracatu Rural. Antes do registro, o IPHAN, através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC),

---

<sup>12</sup> Sobre o conceito de patrimonialização, ele é entendido como: “[...] processos sociais de atribuição de valores, sentidos, usos e significados, e também como um exercício de afirmação e legitimação de determinadas identidades” (Pereiro, 2006, p. 23).

<sup>13</sup> Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-dos-saberes>. Acesso em: 24 out. 2024.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-das-celebracoes>. Acesso em: 24 out. 2024.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-dos-lugares>. Acesso em: 24 out. 2024.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-das-formas-de-expressao>. Acesso em: 24 out. 2024.

faz um mapeamento e divulga, por meio de um Dossiê, a identificação dos bens culturais. Respondendo a essas condições de emergência, ou seja, a irrupção desse documento, o Dossiê de registro do Maracatu de Baque Solto foi idealizado em 2012 e, nesse dossiê,

o bem cultural em questão é identificado em suas múltiplas complexidades e significações. Etnografias e análises dão conta da música, dança e poesia, exibindo, entre outras, informações indispensáveis à contextualização socioeconômica e antropológica do folguedo; o que existe de memória e paixão; os diversos personagens e respectiva hierarquização no brinquedo; as maneiras com que celebram o carnaval e vivenciam os rituais sagrados; como se organizam os grupos e o que mantém a coesão social. Estas e outras questões, aqui abordadas, se oferecem incontornáveis para a apreensão e fruição do bem. Resultante de todo levantamento bibliográfico, etnográfico e sistematização da pesquisa de campo, o dossiê de candidatura revela, pois, os importantes aspectos do maracatu de baque solto, sem os quais não seria possível compreender a relevância deste bem cultural e o seu status de patrimônio imaterial do Brasil (Dossiê, 2013, p. 28).

Segundo Silva (2020, p. 62), no mesmo ano de criação do Decreto nº 3551/2000, “o Iphan desenvolveu a metodologia do Inventário Nacional de referências Culturais (INRC)”. Ainda que tal instrumento tivesse sido pensado para contemplar o patrimônio material, o autor destaca que acabou sendo utilizado, também, para as pesquisas relacionadas ao patrimônio imaterial. Sobre o INRC, seu desenvolvimento

significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN [...] (Corsino, 2000, p. 8).

A metodologia do INRC prevê três etapas: 1) Levantamento preliminar; 2) Identificação; 3) Documentação. Inicialmente, uma equipe multidisciplinar deve ser organizada para o trabalho, com profissionais devidamente capacitados para tal atividade. O levantamento preliminar consiste no planejamento e definição de estratégias do trabalho a ser desenvolvido, com estudo prévio do bem a ser pesquisado, além do contato inicial com a comunidade para o conhecimento da realidade local. A identificação corresponde a uma investigação mais aprofundada para conhecer e descrever as características e dinâmicas dos bens. A documentação é o momento em que se trabalha com os dados que foram coletados durante as

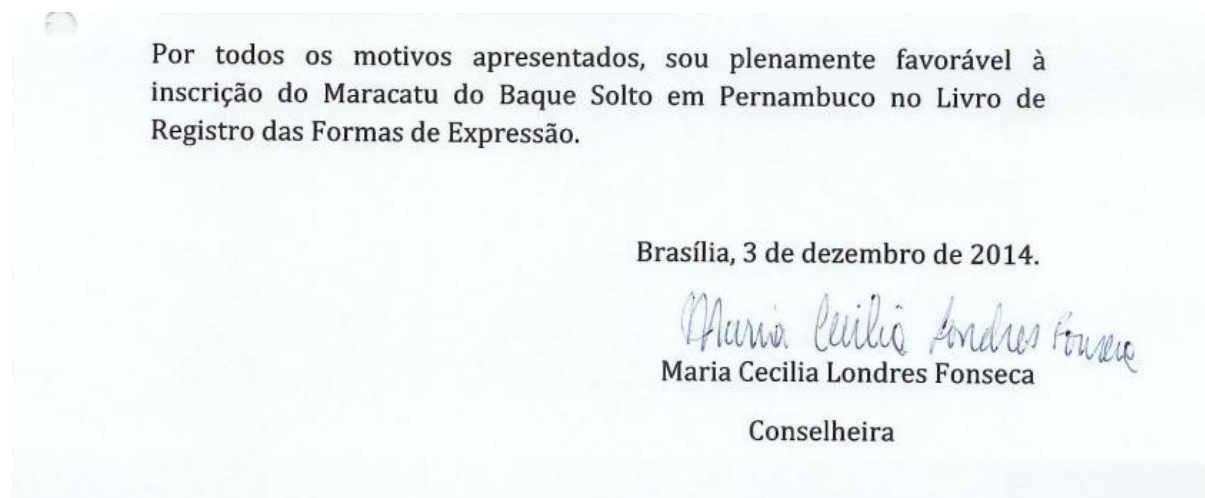
pesquisas de campo. Para a organização e desenvolvimento dos trabalhos, há um conjunto de formulários com fichas de identificação, questionários e fichas de campo para a coleta dos dados. Para a identificação do Maracatu de Baque Solto nos termos do INRC, Silva (2020) destaca que a pesquisa durou mais de dois anos e promoveu reuniões para estudos acerca do tema, pesquisa etnográfica, entrevistas, visitas de campo e produção de material fotográfico e audiovisual. Além disso, o autor pontua que a pesquisa teve como objetivo “reunir informações que possibilitassem formar um discurso patrimonial, a ser analisado pelos técnicos do Iphan – em Pernambuco e em Brasília” e também pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que é quem avalia se o bem cultural atende aos requisitos para se tornar um patrimônio cultural. Em seu trabalho, Silva<sup>17</sup> (2020, p. 74) discorre criteriosamente sobre esse processo:

No processo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, uma primeira avaliação técnica sobre a pertinência do requerimento de reconhecimento de bens culturais feito ao Iphan cabe à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial. Formada por 06 (seis) membros do Conselho Consultivo, tem por objetivo analisar o mérito da questão, ou seja, se o bem cultural atende aos requisitos culturais e normativos exigidos pelo Iphan, de modo a prosseguir, ou não, com a instrução técnica do processo administrativo. Ao final da análise, a Câmara Setorial publica uma Ata com sua decisão, que pode ser favorável à pertinência – e assim o processo segue para instrução técnica –, contrária à pertinência – recomendando, portanto, o arquivamento do processo – ou solicitando correções e complementações por parte do proponente do requerimento do Registro (Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/220>). Segundo a Resolução IPHAN nº 001/2006, faz parte do trâmite do processo de Registro, finalizada a instrução técnica, a submissão do Dossiê para Parecer do Iphan local (Superintendência), do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI/Iphan) e da área jurídica do Órgão. Posteriormente, todo o processo e a documentação de pesquisa produzida seguem para um membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que será o relator do Parecer, o qual será lido e debatido na reunião do Conselho que tiver como objetivo decidir sobre o pleito de reconhecimento de um bem cultural de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil, nos termos do Decreto federal nº 3.551/2000. No caso do maracatu de baque solto, a Conselheira Relatora foi a socióloga Cecília Londres.

---

<sup>17</sup> Cabe mencionar que o referido autor fez parte da equipe de pesquisadores que participou da elaboração do Dossiê e, em sua dissertação, busca traçar alternativas para a sustentabilidade do Maracatu de Baque Solto, tendo em vista que ainda há muitas dificuldades enfrentadas pelos grupos para a manutenção de suas atividades, devido a complexa relação entre os integrantes, as instituições e o Estado.

**Figura 8:** Trecho final do parecer que aprova a inscrição do Maracatu Rural no Livro de Registro das Formas de Expressão.



**Fonte:** Parecer sobre o Maracatu de Baque Solto<sup>18</sup>.

Em resumo, e como já abordamos, o pedido de registro do Maracatu Rural foi aberto em 2008 após a solicitação do então governador do estado de Pernambuco, Eduardo Campos, e a FUNDARPE foi responsável pela instrução técnica do processo, com a utilização da metodologia do INRC, descrita acima. No parecer do Conselho Consultivo, órgão que emite as decisões relacionadas aos patrimônios culturais brasileiros, consta uma síntese da pesquisa realizada acerca do Maracatu de Baque Solto, com uma breve descrição da sua história e suas características, e alguns apontamentos para a importância de torná-lo um patrimônio. E, ao final, a declaração favorável à concessão do título.

No próximo capítulo, vamos analisar o Dossiê, documento fundamental nesse processo de patrimonialização do Maracatu Rural. Consideramos esse material um acontecimento discursivo que vai nos revelar as relações de poder existentes em todo o percurso que percorremos até aqui.

---

<sup>18</sup> Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Maracatu\\_baque\\_solto\\_parecer\\_conselho\\_consultivo.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Maracatu_baque_solto_parecer_conselho_consultivo.pdf). Acesso em: 14 dez. 2024.

#### 4 “REGISTRO E SALVAGUARDA”

“Legítimos detentores de patrimônio cultural, protagonistas dessa cultura de terreiro, são os próprios maracatuzeiros que apontam emblemas, encruzilhadas, convergências: o maracatu é terreiro, terreiro de festa, terreiro sagrado. Nele, indecifráveis, misturam-se mitos, ritos, arte, vida. E é nesse oceano de palimpsestos que mergulham os folgazões. Vivenciando, experimentando cotidianamente o terreiro, constrói-se a afirmação de identidades e o próprio sentido da existência. E é com os fios da poesia que se tece esta trama, este brinquedo misterioso, bem cultural cujo valor simbólico exige reverência e habilita-o plenamente a integrar o patrimônio imaterial brasileiro” (Dossiê, 2013, p. 243).

No capítulo anterior, apresentamos algumas considerações acerca do conceito de patrimônio pertinentes ao nosso trabalho, evidenciando, sobretudo, a concepção do patrimônio imaterial, uma vez que se refere aos bens intangíveis, ou seja, conhecimentos, expressões, festividades, práticas produzidas por um povo. A partir de agora, vamos analisar nosso *corpus*, mas, antes disso, apresentaremos uma síntese de alguns conceitos foucaultianos para compreendermos a irrupção desse documento, além de apresentar sua estrutura e, por fim, examiná-lo. Evidenciamos que nosso *corpus* de pesquisa será o *Dossiê do Maracatu de Baque Solto*, documento elaborado por um grupo de profissionais especializados, que trata acerca da história, o espaço onde o Maracatu Rural surgiu e toda sua composição, além de apresentar um conjunto de diretrizes para a salvaguarda dessa expressão cultural, após o diálogo estabelecido com os maracatuzeiros que manifestaram suas reivindicações em reuniões com uma equipe de pesquisadores.

Para alcançar nossos objetivos, passamos por alguns caminhos a fim de compreendermos a emergência desse material. Estabelecendo o conceito de origem na elaboração do que os analistas de discurso convencionaram denominar como método genealógico, Foucault (1979) descreve a impossibilidade de se alcançar a origem das coisas ou dos objetos discursivos, visto a inacessibilidade plena dos episódios históricos. Por isso, ao invés de uma busca incessante pela “origem”, o filósofo propõe “se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos” de modo que

O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos,

suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas síncope, é o próprio corpo do devir (Foucault, 1979, p. 19).

Assim, para melhor evidenciar como é possível, por meio da história, estabelecer o movimento genealógico dos acontecimentos, Foucault seleciona e define os conceitos de “proveniência” e de “emergência” na proposição de uma metodologia que se constitui como mais adequada do que aquela que, porventura, se proponha a investigar a origem, visto que a análise da proveniência coloca, frequentemente, sob holofote a tradição, a raça ou o tipo social para “Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo” (Foucault, 1979, p. 20). Entretanto, essa busca verifica a heterogeneidade que permeia os começos, os acasos, os acidentes, os desvios, ou seja, o recuo histórico não tem por objetivo demonstrar uma continuidade, mas a dispersão dos acontecimentos. Segundo Foucault (1979, p. 24),

[...] Enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento, é preciso ainda impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência – o exemplo dos bons e dos malvados o prova – um “não-lugar”, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício.

Dessa forma, a proveniência é o conjunto dos movimentos que atuam e se articulam em um processo histórico, enquanto a emergência é a irrupção, em outras palavras, o surgimento de um acontecimento que se produz em um confronto de forças (Prado Filho, 2017). Definindo, assim, a emergência sob essa perspectiva, Foucault (1979) salienta-a como ponto de surgimento, a singularidade de um aparecimento que se dá sempre por meio de um determinado conjunto de forças, de modo que a sua análise “deve mostrar seu jogo, a maneira como elas [as forças] lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas” (Foucault, 1979, p. 23). Assim, é sobretudo por meio dessa compreensão acerca da genealogia, que recuperamos os conceitos de proveniência e emergência do Maracatu do Baque

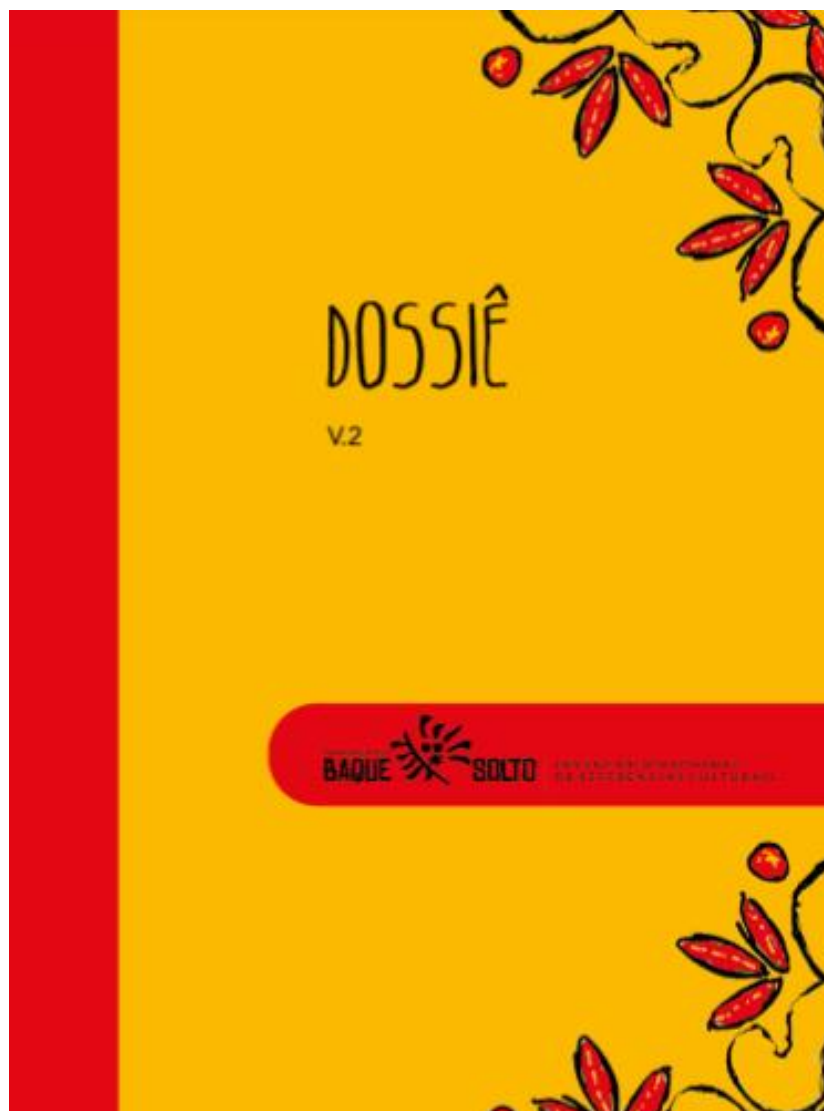
Solto enquanto Patrimônio Imaterial Brasileiro, conforme já descrevemos o processo de patrimonialização dessa manifestação cultural no capítulo anterior.

Nesse sentido, proveniência, segundo Foucault (1979), em sua obra *Microfísica do Poder*, é definida como a linhagem de uma raça, como um tipo social, que possibilita reconhecer o corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos e por meio da qual podemos observar a articulação entre o corpo e a história. No momento em que analisamos e descrevemos de que modo o Maracatu Rural marca a manifestação de um povo e que passa a ser historicamente uma expressão reconhecida como um patrimônio estamos evidenciando tal conexão.

Assim, observamos como o Dossiê marca a questão etnográfica como primordial para a identificação do Maracatu como patrimônio, a organização em grupo, a fruição social, etc., pois tudo isso é questão de proveniência que Foucault (1979) chama de “tronco de uma raça”. É o corpo marcado pela história. No caso da emergência, ela designa o ponto de surgimento, não origem inalcançável, mas a irrupção de forças que culmina num acontecimento discursivo, no caso, a patrimonialização do Maracatu em questão pela publicação desse documento (que não existiria sem a proveniência, ou seja, sem o reconhecimento “étnico” do Maracatu). Em resumo, como proveniência, compreende-se todo o processo histórico, e o Dossiê como sua emergência, uma vez que o documento surge como resultado de uma irrupção de forças sociais populares (maracatuzeiros), do governo (FUNDARPE) e do Estado (IPHAN), que concorrem para tornar a expressão um patrimônio imaterial.

#### 4.1 O DOSSIÊ

Para a candidatura ao título de patrimônio cultural imaterial brasileiro, um dossiê é redigido, identificando o bem a ser salvaguardado, a partir de um levantamento bibliográfico, etnográfico e também de uma sistematização da pesquisa de campo para compreendermos a relevância do bem (Amorim, 2018).

**Figura 9:** Capa do Dossiê.

Fonte: *Dossiê do Maracatu de Baque Solto*.<sup>19</sup>

O *Dossiê do Maracatu de Baque Solto* está organizado em blocos temáticos. O primeiro, denominado “Invento Folgazão”, apresenta os conteúdos principais para o conhecimento da manifestação cultural, discorrendo acerca da organização dos grupos, as celebrações e a questão religiosa. O segundo bloco, “Verso lança flor”, analisa a música, a dança e a poesia produzida pelo Maracatu de Baque Solto, pois são aspectos de grande relevância na composição dessa expressão e é o que o diferencia de outra manifestação pernambucana com o mesmo nome, o Maracatu

---

<sup>19</sup> Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%c3%aa\\_MARACATU\\_RURAL.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%c3%aa_MARACATU_RURAL.pdf). Acesso em: 28 dez. 2024.

Nação. O terceiro bloco, intitulado “Ensaio primeiro”, traz as descrições realizadas pelos primeiros autores que trataram sobre o Maracatu Rural, como Guerra-Peixe e Katarina Real, já citados anteriormente. Conforme Amorim (2018, p. 149), essa parte dos Dossiê nos apresenta um diálogo com os primeiros trabalhos acerca do Maracatu Rural que “[...] esboçaram a fisionomia dos maracatus, articulando as descrições históricas neles contidas às permanências e transformações apreendidas durante a pesquisa de campo”. O quarto bloco do Dossiê, denominado “Registro e Salvaguarda”, apresenta as diretrizes que foram produzidas entre a equipe e os maracatuzeiros “para o fomento, promoção, difusão e preservação do maracatu de baque solto” (Amorim, 2018, p. 150).

Assim, além da identificação, os organizadores desse Dossiê, junto com os integrantes dos grupos, levantaram diretrizes para sua salvaguarda, fortalecendo a irrupção dessa manifestação cultural como patrimônio histórico, por meio do reconhecimento não só da riqueza como também das necessidades, por meio de suas reivindicações. Lembramos que as diretrizes foram organizadas em cinco eixos e foram distribuídas da seguinte forma: estrutura física e burocrática; produção e reprodução cultural; mobilização social e alcance da política; gestão participativa e sustentabilidade e, por fim, a difusão e valorização (Dossiê Maracatu de Baque Solto, 2013).

**Figura 10:** Sumário do Dossiê.

SUMÁRIO	
Introdução	17
Identificação	
Prelúdio	33
Invento folgazão	55
Entranhas da festa: memória e paixão	56
Gestos sagrados: o velado e o manifesto	75
Carnaval de Páscoa: rito sagrado, rito festivo	84
Fluxo dos Encontros: entre o festivo e o cooperativo	90
Verso lança flor	
A catedral sonora do baque solto	
Um agregado de brinquedos e sons	98
Marchas, Sambas e Galopes	106
Diálogos Musicais	117
Entre céu e terra leveza	124
A dança dos folgazões	125
Mãos e liberdade	130
Na Trincheira	132
O verbo sedutor	137
Local, universais	143
Riz de tradição	146
O ensaio ou a sambada	149
Com mestres de poesia	163
Ensaio primeiro	175
Os Indecifráveis Tucháus, por Valdemar de Oliveira	177
O Maracatu, por Ascenço Ferreira	182
Um maracatu-de-orquestra e o de Cansans, por Guerra-Peixe	188
Os Maracatus Rurais (Maracatus de orquestra), por Katarina Real	196
Os Caboclos de Lança - Azougados Guerreiros de Ogum, por Olímpio Ronald Neto	204
Maracatus Rurais, por Roberto Benjamin	217
Maracatus Rurais de Pernambuco, por Roberto Benjamin	221
Ensaio de complexidades	228
Registro e salvaguarda	
Reverência ao brinquedo misterioso	235
Diretrizes de salvaguarda	
Da metodologia	246
Dos eixos	
Estrutura física e burocrática	248
Produção e reprodução cultural	253
Mobilização social e alcance da política	258
Gestão participativa e sustentabilidade	266
Difusão e valorização	270
Referências	277
Anexo	293
Índice dos volumes	325

**Fonte:** *Dossiê do Maracatu de Baque Solto.*

Neste estudo, consideramos que esse bloco é fundamental para a concessão do título de patrimônio ao Maracatu Rural, uma vez que é por meio do diálogo estabelecido junto aos integrantes dos grupos que conhecemos e compreendemos as principais demandas para que essa expressão possa ser salvaguardada e que consiga exercer seus conhecimentos e suas práticas para que, assim, seus costumes possam ser transmitidos. Selecionamos, portanto, esse bloco para análise, com o objetivo de mostrar o jogo de relações que permearam esse processo, pois, conforme Foucault (2014, p. 49) “[...] o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro”. E é em meio à dispersão que os sentidos se constituem, significam e se ressignificam na infinitude da movência discursiva.

#### 4.2 ANÁLISE DO CORPUS

Relembramos, aqui, que esse documento é organizado e produzido no interior de uma instituição, no caso, a FUNDARPE, com o intuito de apresentar a tradição do Maracatu de Baque Solto enquanto manifestação cultural ao IPHAN, pois esta instituição julgará a relevância da expressão cultural e concederá o título a ela.

O bloco analisado elenca um conjunto de diretrizes com as demandas desses grupos para que sua expressão fosse considerada um bem a ser preservado pelo país e, dessa forma, se tornasse patrimônio imaterial. Diante disso, o foco da análise desta seção gira em torno desse documento, sendo que o bloco “Registro e Salvaguarda” foi selecionado por ser possível compreender as relações que permearam esse processo. Buscamos, assim, evidenciar como o discurso é controlado por meio de conceitos que foram mobilizados por Michel Foucault em sua obra *A Ordem do Discurso*, pois é no discurso que se exercem os poderes (Foucault, 2014). Portanto, nas próximas linhas, alguns conceitos, já abordados, serão retomados a fim de examinar o Dossiê.

No capítulo 1, na seção dedicada à apresentação dos estudos discursivos foucaultianos, realizamos uma síntese dos trabalhos do filósofo. Em *A Ordem do Discurso*, conforme discorre Gregolin (2006), Foucault vai teorizar as relações existentes entre o discurso e o poder. A autora ainda salienta que “Foucault desenvolve a ideia de que nossa civilização, apesar de venerar o discurso, tem por

ele uma espécie de temor” e que “[...] Como consequência, criam-se sistemas de controle, instituídos de forma a dominar a proliferação dos discursos” (Gregolin, 2006, p. 97). É devido a isso que Foucault (2014, p. 8) afirma que a produção do discurso, em toda sociedade, é “[...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”. Esses procedimentos são classificados em três grupos caracterizados “por mecanismos discursivos que têm como efeito, respectivamente, a exclusão, a sujeição e a rarefação” (Gregolin, 2006, p. 97). Dessa forma, Foucault (2014) vai nos mostrar os procedimentos internos e externos presentes na produção discursiva.

Nos procedimentos de exclusão do discurso, Foucault (2014) apresenta os conceitos de “interdição”, “separação/rejeição” e “vontade de verdade”. Com relação ao conceito de interdição, o autor destaca que, em nossa sociedade, “[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014, p. 9). Sabemos que, por longos anos, os sujeitos que foram excluídos e marginalizados na história não tinham direito nem espaço para contar/revelar suas narrativas. Há poucas décadas, houve uma mudança nesse cenário e esses sujeitos conquistaram um espaço para discutir acerca de suas histórias e de seus direitos e consideramos que esse Dossiê tornou-se um desses espaços; um espaço em que os maracatuzeiros conseguiram expor suas dificuldades para manter seus grupos e suas relações com o poder público, por exemplo, que é quem “[...] contrata apresentações de maracatu para a principal festa do ano, o carnaval, com o objetivo, dentre outros, de contemplar a diversidade cultural e artística do estado de Pernambuco” (Silva, 2020, p. 22). No Eixo 4 do Dossiê, denominado “Gestão participativa e sustentabilidade”, que trata sobre a necessidade de fortalecer ações e capacitação de recursos financeiros, observamos essa complexa relação:

*A maior necessidade do maracatuzeiro hoje é verba. É a verba porque tudo que o maracatuzeiro faz é com dinheiro. Então, só pega o dinheiro de ano em ano, e assim mesmo atrasado, não serve para o trabalho do maracatu. O que tem que ser feito é isso: crescer mais o dinheiro pra gente investir mais no maracatu. Entendeu? Porque quando chega perto do carnaval fica todo mundo de cabeça quente esperando o dinheiro chegar da prefeitura, o dinheiro chega atrasado pra fazer as coisas. Esse ano mesmo a gente fez as coisas tudo em cima do carnaval. (Joanita Maria da Silva, Maracatu Cambinda Nova de Nazaré da Mata) (Dossiê, 2013, p. 267-268).<sup>20</sup>*

---

<sup>20</sup> Apenas para diferenciar, as citações constantes no Dossiê apresentam espaço de recuo diferente

Nesse enunciado, proferido pela maracatuzeira Joanita Maria da Silva, integrante do grupo Maracatu Cambinda Nova, do município de Nazaré da Mata, observamos que “[...] as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 2014, p. 9-10). Foucault (2014) nos explica que não há nada de espantoso nisso, uma vez que o discurso não é apenas aquilo que oculta ou manifesta o desejo; ele é também o objeto do desejo, pois, nos discursos, busca-se “[...] o poder no qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10).

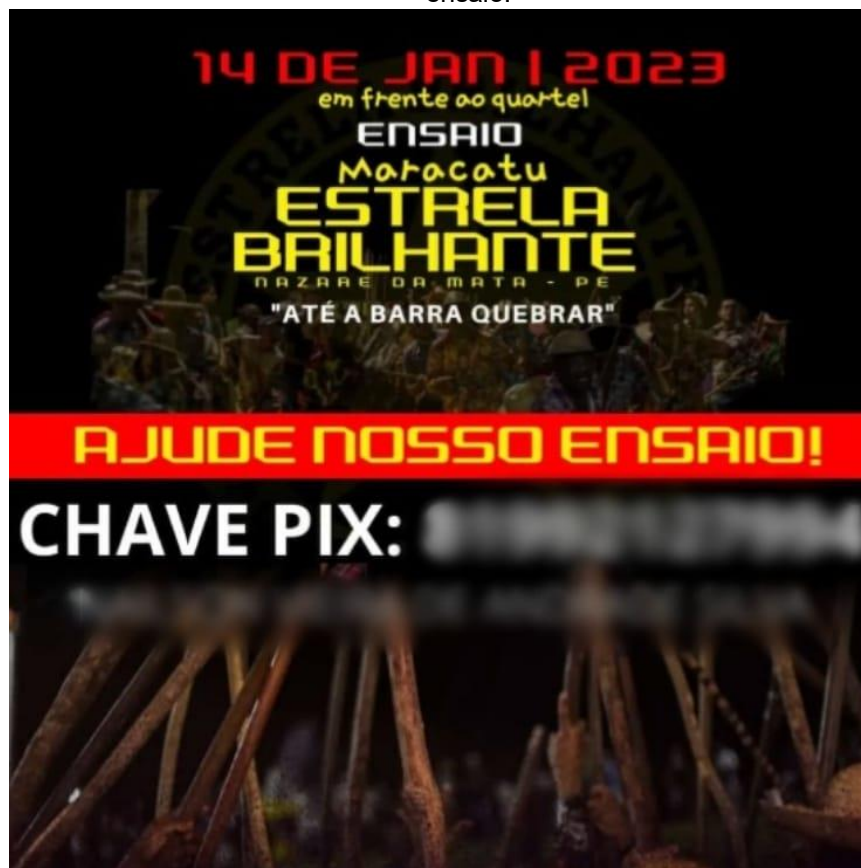
No caso do Maracatu Rural, enquanto um patrimônio nacional, é fundamental que o poder público crie políticas, e as efetivem, para a manutenção desses grupos, visto que, um dos objetivos em tornar uma expressão brasileira em patrimônio, é necessário conceder fomentos para sua preservação, e isso se torna um desejo aos integrantes, pois boa parte dos investimentos feitos nos grupos partem do orçamento doméstico desses sujeitos, ou então de rifas, empréstimos e ajuda via chave pix, para a compra de materiais, ajuda com os custos dos ensaios e aluguel de ônibus para levá-los até as apresentações<sup>21</sup>, por exemplo. Diante disso, “As interdições que atingem o discurso, [...] revelam sua ligação com o desejo e com o poder uma vez que o discurso é também objeto de desejo, além de ser aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação” (Andrade; Andrade, 2021, p. 8).

---

das Normas ABNT para citações de teóricos.

<sup>21</sup> Segundo Silva (2020), os gastos com um maracatu giram em torno de 35 mil reais.

**Figura 11:** O grupo Maracatu Estrela Brilhante solicitando ajuda para arcar com os custos de um ensaio.



**Fonte:** Instagram do Maracatu Estrela Brilhante. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnUbZNQLiuY/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2014, p. 20) também vai apresentar os procedimentos internos da produção discursiva; em outras palavras, procedimentos “[...] que exercem seu próprio controle”. Dentre eles, o autor destaca os conceitos de “comentário”, “autor” e “disciplina”. Aqui, vamos discutir sobre o comentário. Na seção do Dossiê “Registro e Salvaguarda”, temos a reprodução das falas dos maracatuzeiros expondo suas reivindicações que foram registradas pelos pesquisadores participantes da elaboração do documento. Foucault (2014, p. 21) supõe

[...] que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento dos discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para

além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer.

O princípio do comentário se exerce, conforme Andrade e Andrade (2021), a partir de narrativas maiores, e Foucault (2014) entende essas narrativas maiores o nosso sistema cultural, que compreende os textos religiosos, jurídicos, textos curiosos, literários e científicos. Os discursos que emergiram no país acerca do patrimônio imaterial, embora tenham levantado questões pertinentes, ainda são pouco efetivos para as expressões que se tornaram um patrimônio no sentido intangível. No Eixo 3 do Dossiê, por exemplo, intitulado “Mobilização Social e Alcance da Política”, que trata sobre os recursos públicos e a elaboração de políticas públicas destinadas à cultura, trazemos os seguintes enunciados extraídos do Dossiê (2013, p. 258-260):

*O problema maior é o recurso que falta, dinheiro. Da prefeitura, do governo. Porque maracatu a gente gasta muito e o recurso é muito pouco, é pequeno demais. (Severino Antonio Teixeira, Maracatu Leão Teimoso, Lagoa de Itaenga)*

*Com licença, porque eu sei um pouco. Aqui eu trabalhei 35 anos na prefeitura e eu sei que vem verba pro carnaval, sei que o governo manda verba, agora nem todos os prefeitos gastam aquela verba com o brinquedo. Porque se eles gastassem... nós estaríamos melhor. (...) Muitos seguram, botam uma banda. Quer dizer, quem quer ver banda, quem quer ver? Quer ver brinquedo, bloco no meio da rua. (Antonio José da Silva Pinto, Maracatu Piaba Dourada, Nazaré da Mata)*

*E quando a gente tenta buscar a gente se esbarra na burocracia... A valorização da cultura tem que partir através da gestão pública, porque quando se fala em saúde e educação e cadê a cultura, onde é que ela fica? Se você não valoriza sua cultura não tem como botar uma educação de linha e não tem como mostrar uma linhagem de saúde decente... Porque enquanto você coloca um jovem aqui e acolá numa cultura você está tentando tirar ele de outros caminhos desviantes... Então, eu acredito que, para se melhorar precisa de uma maior participação da gestão pública, tanto municipal como estadual. (Maria de Lourdes, Maracatu Leão Coroado, Paudalho)*

*Eu concordo com a palavra dele porque, você sabe, maracatu é muita despesa, maracatu é muito gasto. A gente gasta para fazer uma fantasia para o caboclo, a gente gasta uma base, mais ou menos, 800 ou 700 reais para fazer uma fantasia. A gente gasta para roupa de baiana, de rei e rainha, bandeirista, mestre. Um mestre para cantar no maracatu da gente a gente paga verba, ele quer cobrar 1.500 reais. Meu mestre mesmo, esse ano, eu paguei 1.000 reais e ele quis 1.200 reais e eu não tive condições. Maracatu é cultura popular e merece a ajuda do governo e do estado e do presidente para nós botar mais o maracatu na rua mais lindo e mais bonito. Do jeito que tá, nós só vai abaixar, não vai levantar. (Antônio Feliz da Silva, Aicão, Maraca - tu Leão Coroado, Araçoiaba)*

*Na minha visão o compromisso do poder público é defender as suas culturas*

de raiz... Estadual e Federal... O que a gente vê é que o estado, o governo federal faz a sua parte, mas a gestão de alguns municípios não faz, a realidade é essa. Às vezes, assim tem muita gente que fica assustada com o poder público municipal, porque estão aí pra ser abertas várias fábricas na Mata Norte e eu pergunto: a Fiat teve redução de 5% e 3% do ISS, mas se a gente deu uma carta branca a um vereador para representar a gente lá na câmara eles votam as leis, têm que fazer por nós também. Então, a gente também tem que fazer as nossas pressões, os projetos estão lá na câmara pra gente ver o que esses caras estão aprovando. Estamos em época de eleição, o cabra não se lembra em que votou, não se lembra em quem votou, o fulano que elegeu. Passou 7 de outubro e acha que fez o dever de casa e não fez. São eles que votam as leis, então as fábricas tiveram redução de ISS de 3%, enquanto que as agremiações pagam 2% de ISS que antes não pagavam e isto foi aprovado por lei. Então, os grupos têm que se manifestar, a gente representa nossa cultura. O estandarte está lá, o Maracatu Leão de Goiana, está lá o nome da cidade. Então, a gente não está fazendo o dever de casa, tem que acompanhar os vereadores, vê se estão apoiando a gente, tem que ver se interessa a gente, fiscalizar e tal. (Peu, Maracatu Leão da Fortaleza, Goiana)

Figura 12: Eixo 3 do bloco “Registro e Salvaguarda”.

MARACATU DE BAQUE SOLTO

**EIXO 3 | Mobilização Social e Alcance da Política**

• Da aplicação dos recursos públicos de fomento direto e elaboração de políticas públicas de cultura.

O fomento público é uma das questões mais recorrentes na fala espontânea das lideranças dos maracatus. A distribuição desigual entre as diversas expressões da cultura popular e as bandas de música mais comerciais que compõem a grade de programação das festas carnavalescas é uma discussão que aponta para a reflexão das prioridades da gestão pública. Nesse quadro chama a atenção a grande dependência dos grupos em relação aos recursos públicos e a necessidade de desvincular seus trabalhos dessa única fonte. Existe uma reivindicação para o aumento do fomento e dos cachês pagos em apresentações como ação imprescindível para a manutenção da brincadeira. Em grande medida surge uma cobrança de ações efetivas para o ano inteiro que promovam a captação dos recursos e expandam as fontes. Trata-se de uma crítica às políticas públicas de cultura que não atendem às necessidades das expressões culturais reconhecidas como tradicionais e representativas da cultura pernambucana, aos moldes do maracatu de baque solto.

O problema maior é o recurso que falta, dinheiro. Da prefeitura, do go-

verno. Porque maracatu a gente gasta muito e o recurso é muito pouco, é pequeno demais. (Severino Antonio Teixeira, Maracatu Leão Teimoso, Lagoa de Itaenga)

Com licença, porque eu sei um pouco. Aqui eu trabalhei 35 anos na prefeitura e eu sei que vem verba pro carnaval, sei que o governo manda verba, agora nem todos os prefeitos gastam aquela verba com o brinquedo. Porque se eles gatassem... nós estaríamos melhor. (...) Muitos argumentam, botam uma bandeja. Quer dizer quem quer ver banda, quem quer ver? Quer ver brinquedo, biloco no meio da rua. (Antonio José da Silva Pinto, Maracatu Flutu Dourado, Nazaré da Mata)

E quando a gente tenta buscar a gente se esbarra na burocracia... A valorização da cultura tem que partir através da gestão pública, porque quando se fala em saúde e educação e cadê a cultura, onde é que ela fica? Se você não valoriza sua cultura não tem como botar uma educação de linha e não tem como mostrar uma linguagem de saúde decente... Porque enquanto você coloca um jovem aqui e acolá numa cultura você está tentando tirar ele de outros caminhos desviantes... Então, ou acredito

DOSSIÊ DE CANDIDATURA



que, para se melhorar precisa de uma maior participação da gestão pública, tanto municipal como estadual. (Maria de Lourdes, Maracatu Leão Corado, Paudalho)

Eu concordo com a palavra dele porque, você sabe, maracatu é muito despesa, maracatu é muito gasto. A gente gasta para fazer uma fantasia para o caboclo, a gente gasta uma base, mais ou menos, 800 ou 700 reais para fazer uma fantasia. A gente gasta para roupa de baiana, de rei e rainha, bandeirista, mestre. Um mestre para

cantar no maracatu dá gente a gente paga verba, ele quer cobrar 1.500 reais. Meu mestre mesmo, esse ano, eu paguei 1.000 reais e ele quis 1.200 reais e eu não tive condições. Maracatu é cultura popular e merece o apoio do governo e do estado e do presidente para não botar mais o maracatu na rua mais feio e mais bonito. Do jeito que tá, nós só vai abatacar, não vai levantar! (Antônio Felle da Silva, Açã, Maracatu Leão Corado, Aracatiaba)

Na minha visão o compromisso do poder público é defender as suas cul-

Fonte: Dossiê do Maracatu de Baque Solto.

O comentário, na concepção foucaultiana, diz respeito às narrativas que se contam e se repetem (Costa; Fonseca-Silva, 2014) a partir de narrativas maiores. Neste cenário, trazemos a narrativa maior de que, para a proteção dos patrimônios nacionais, deve haver apoio para o desenvolvimento das atividades e das suas práticas. Constatamos, nos enunciados acima, e nesse procedimento que visa o controle interno dos discursos, mais uma vez, uma das principais necessidades encontradas pelos maracatuzeiros para a salvaguarda dessa manifestação cultural e

as relações sociais que as atravessam: o Estado, o governo e o mercado, neste caso, o mercado turístico. Conforme evidencia Silva (2020, p. 172-173),

Uma força mercadológica que aparece provocada pelo capitalismo é o turismo. [...] daí a necessidade, estimulada por ele, de se preservarem as tradições populares e os modos de vida das comunidades. Ao mesmo tempo, o turismo de massa se utiliza, em sua propaganda, de imagens das culturas populares locais, onde notadamente aparecem os caboclos de lança, para atrair o turista que procura sol, praia e festa no Nordeste do Brasil, e em Pernambuco em particular, justamente pelo que há de peculiar na cultura do estado, apresentada geralmente como “identidade pernambucana”. Se tiver sorte, o turista ao chegar a Recife pelo aeroporto ou pelo terminal marítimo talvez encontre alguns caboclos de lança e/ou passistas de frevo, contratados fora de seus contextos culturais para fazer performances exclusivamente para os visitantes, pagos, evidentemente, a preços devidamente “populares”, condizentes com o status em que sua dança se encontra no mundo artístico e cultural da oficialidade. O turismo parece querer, pois, que o visitante se sinta agraciado com a cultura local, mas que depois percorra os destinos já traçados pelas companhias de viagem, que optam em geral por privilegiar o “turismo de sol e praia”, com uma pitada de tradicionalidade em locais como o Alto da Sé, em Olinda, ou a Feira de Artesanato do Marco Zero, no Recife; ou que, no carnaval, participe dos principais blocos e assista às principais programações dos palcos onde se apresentarão os grandes artistas.

Passamos, agora, para o próximo grupo de procedimentos de controle do discurso. Trata-se do princípio de rarefação dos sujeitos que falam. Segundo Foucault (2014, p. 35), “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Nesse grupo, o filósofo apresenta os conceitos de ritual, sociedades do discurso, doutrina e as apropriações culturais.

Observou-se que a estrutura da introdução desse documento apresenta vestígios discursivos quanto a esse princípio. Logo no início do tópico “Da metodologia para a produção e organização dos dados de salvaguarda”, é possível constatar o planejamento dos encontros com os grupos de Maracatu, destacando o local, o dia, o horário e o intuito desses momentos:

As diretrizes de Salvaguarda para o fomento, promoção, difusão e preservação do Maracatu de Baque Solto foram produzidas em uma das reuniões mensais da Associação dos Maracatus de Baque Solto, realizada no dia dois de setembro de 2012, no município de Aliança - PE, com a presença de 75 grupos filiados. No primeiro momento, que teve início às 9 horas da manhã, a equipe de pesquisadores e o supervisor do inventário esclareceram o intuito do encontro transmitindo todas as informações acerca do documento a ser elaborado, contendo as diretrizes para a produção posterior de um plano de salvaguarda e sanando as dúvidas sobre a idéia de salvaguarda de um bem patrimonial (Dossiê, 2013, p. 247).

Nesse enunciado, está presente um dos princípios de rarefação do sujeito que fala: o ritual (Foucault, 2014, p. 37), que vai definir “[...] os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso”. Conforme Andrade e Andrade (2021, p. 11), “o ritual é o fato de permitir ou não que o indivíduo fale um discurso com um efeito de verdade”, com isso, é esse conceito que permite aos maracatuzeiros formular seus próprios enunciados, na forma das demandas encontradas. Dessa forma, entende-se que a relação entre os grupos de Maracatu Rural e a FUNDARPE possibilita a construção de um saber por meio de discursos materializados no Dossiê, pois, como afirma Foucault (1987, p. 30),

[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de poder-saber não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento de queria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

Além disso, Foucault (2014), brevemente, aborda as sociedades do discurso. O filósofo destaca que sua função é conservar ou produzir discursos. Nesse sentido, no enunciado a seguir, podemos observar uma integrante expondo sobre a importância da transmissão de conhecimentos nas ações de salvaguarda e ressalta a escassez de recursos:

*As pessoas que são músicos, batedor de terno, eles estão ficando mais velhos e estão se afastando. Na nossa sede a gente tinha que fazer uma escola. Pegar um grupo assim de uns cinco meninos, pegar os mais jovens para eles baterem, aprenderem a bater, desenvolver eles para pegar aquele “clima” do maracatu. Meus batedores estão ficando velhos. Em Paudalho não tem ninguém que bate, músicos vão mais lá para escola de samba, pagode, mas de maracatu não querem por isso é importante uma escolinha. A minha sede está faltando piso, reboco, porque isso não consegui fazer ainda. Mas tem banheiro, tem um espaço que eu poderia botar uma escolinha para os meninos... Para ensinar, eu colocaria os antigos os mais jovens, entendeu? Mas só que faltam os instrumentos, porque meus instrumentos são poucos, falta isso também. Falta o sopro, o pistom, para botar os meninos para aprender. Minha estrutura está muito pouca. Se eu tivesse material para colocar eu já tinha botado, porque os mais velhos ensinavam os mais novos, aí eles iam pegando aquilo ali. (Maria de Lourdes, Maracatu Leão Coroado, Paudalho) (Dossiê, 2013, p. 256-257)*

Ainda sobre os procedimentos referentes ao princípio de rarefação do sujeito, o filósofo discorre acerca das apropriações sociais dos discursos, em que “[...] toda a sociedade possui instituições responsáveis pela distribuição dos discursos, pelo gerenciamento das apropriações” (Gregolin, 2006, p. 105). Nas palavras de Foucault (2014, p. 41), esse procedimento “[...] segue, em sua distribuição, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais” que vão nos revelar os saberes e os poderes presentes nas relações dos sujeitos participantes na elaboração desse documento.

Nesse sentido, há procedimentos que vão possibilitar compreender como os poderes se exercem na sociedade. Ainda com base na aula proferida pelo filósofo em 1970, apresentamos, a seguir, um exemplo da aplicação da produção do discurso no interior do documento, presente no Eixo 2<sup>22</sup>, denominado “Produção e Reprodução Cultural (transmissão de ofícios, saberes e modos de fazer)”, e destinado para crianças e jovens:

Neste eixo foram identificadas a dificuldade de atrair jovens para a brincadeira e a falta de instalações adequadas para a produção de materiais e transmissão de conhecimentos e práticas. É possível perceber que a transmissão de saber ainda se configura de maneira informal, na dinâmica cotidiana – os mais novos aprendem com os mais velhos –, apesar da preocupação dos maracatuzeiros com a continuidade de seus grupos e a intenção de executar ações mais formalizadas como oficinas (Dossiê, 2013, p. 253).

---

<sup>22</sup> Entendemos que um dos principais objetivos para a manutenção e continuidade de um patrimônio imaterial é a transmissão dos saberes para as futuras gerações e, diante disso, selecionamos o Eixo 2 para emprendermos nossas análises.

Figura 13: Eixo 2 do bloco “Registro e Salvaguarda”.

**MARACATU DE BAQUE SOLTO** 252

• **A questão burocrática: formalização estatutária e impostos a pagar**

Há alguns anos os maracatus são orientados pelas instâncias oficiais, sobretudo prefeituras municipais e o governo estadual, no sentido de que precisam da documentação para efetuar pagamento de cachês, para oficializar/formalizar sua existência e se constituírem legalmente com CNPJ. Movimento burocrático identificado como complexo e que acarreta demandas financeiras. Os grupos filiados à Associação dos Maracatus de Baque Solto recebem consultoria da entidade para tal formalização, contudo, a dificuldade com o pagamento dos impostos aparece como problemática recorrente.

Outro apontamento é o pagamento de impostos de IPTU para as sedes provisórias e permanentes, o que onera orçamento dos maracatus.

A maioria dessas agremiações não tem sede. As sedes delas são as casas que eles moram. Alí o poder público joga toda responsabilidade para cima de você. Quando eu falo do poder público, eu falo da questão municipal. Porque se você não pagar o carnê do IPTU da sede provisória você não vai ter direito ao alvará. Eu estou me referindo à questão de Goiânia, porque é o que acontece com a gente lá. Se você não pagar o carnê de IPTU você não vai ter direito

ao alvará, mas você tira a nota. Então eles só são interessados para resolver o problema deles. (Pai, Maracatu Leão da Fortaleza, Goiânia)

Tem carnaval que lá no meu gastou quase mil conto (R\$ 1.000,00) só de documento. A gente tira já do dinheiro que vem para fazer o carnaval. E crescer o maracatu não tem condições, gente, pra crescer o maracatu tem que ter condições, e cadê condições? O prefeito, quando vem, dá dois mil, dois mil e quinhentos e não

dá para fazer carnaval e pagar documento, imposto... (Maria da Conceição, Maracatu Cruzeiro do Forte, Recife)

Porque a Associação de Maracatus de Baque Solto faz uma caravana na Mata Norte e pegou até região metropolitana ensinando o pessoal tirar documento e dizendo as agravações inadimplentes. Hoje a gente tem 115 maracatus registrados, a gente tem 34 maracatus inadimplentes. Isso não é muito não, mas pode ser resolvido. O município que dá sua

contribuição. Ele tem que entender que aquele maracatu se acabando vai ser mais criança envolvida com droga, vai ser mais criança no meio da rua. E o maracatu, ele faz esse trabalho. (Representante do Maracatu Cambindinha, Araújoaba)

**Diretrizes produzidas:**

\* Desburocratização dos processos de formalização dos grupos e isenção de impostos.

**253 DOSSIÊ DE CANDIDATURA**

**EIXO 2 | Produção e Reprodução Cultural (transmissão de ofícios, saberes e modos de fazer)**

• **Da transmissão de ofícios, saberes e modos de fazer para crianças e jovens.**

Neste eixo foram identificadas a dificuldade de atrair jovens para a brincadeira e a falta de instalações adequadas para a produção de materiais e transmissão de conhecimentos e práticas. É possível perceber que a transmissão de saber ainda se configura de maneira informal, na dinâmica cotidiana – os mais novos aprendem com os mais velhos –, apesar da preocupação dos maracatuzeiros com a continuidade de seus grupos e a intenção de executar ações mais formalizadas como oficinas.

No meu a partir de dois anos os pirraia [criança] já começa dançando. Eu tenho um neto de quatro anos que brinca... A gente tá tentando dar oficina, para atrair mais porque eles bordam, é uma maravilha (...). Tem que ter uma pessoa mais velha pra poder incentivar eles ensinar a fazer (Maria da Conceição, Maracatu Cruzeiro do Forte, Recife)

Pra aprender a dança começa de criança, aí olha todos aqueles mais velhos. Aí diz eu vou brincar, aí vira folgação. Ele aprende por a gente mais velho, né? (Manoel dos Santos



Fonte: Dossiê do Maracatu de Baque Solto.

Essa identificação ocorre através do diálogo que a equipe estabelece com os integrantes dos grupos, na Associação dos Maracatus de Baque Solto, localizada no município de Aliança, em Pernambuco, a partir de suas reivindicações para a proteção desse bem, e por meio de uma legítima propagação às novas gerações. Na sequência, é retratada a opinião de uma maracatuzeira acerca dessa demanda:

*No meu a partir de dois anos os pirraia [criança] já começa dançando. Eu tenho um neto de quatro anos que brinca... A gente tá tentando dar oficina, para atrair mais porque eles bordam, é uma maravilha (...). Tem que ter uma pessoa mais velha pra poder incentivar eles ensinar a fazer (Maria da Conceição, Maracatu Cruzeiro do Forte, Recife) (Dossiê, 2013, p. 253).*

Por fim, a equipe traça orientações que podem contribuir na salvaguarda da manifestação, de acordo com cada necessidade encontrada pelos grupos de Maracatu, conforme indicam as diretrizes produzidas:

\*Fomento público exclusivamente destinado para os maracatus com o objetivo de investimento em oficinas para os folgazões e sua comunidade, bem como para que estruturarem suas formas de transmissão de conhecimento.

\*Estímulo a parcerias com projetos e programas já existentes, a exemplo dos pontos de cultura. Essas parcerias devem constar como sugestões do próprio edital que orienta a elaboração dos projetos concorrentes, a estimular, portanto, uma rede de parcerias entre os grupos locais que não têm sede para atividades como é o caso da maioria dos maracatus de baque solto.

\*Desburocratização dos editais para facilitar a participação dos maracatus nos processos licitatórios públicos que atendam a demandas de produção e reprodução cultural, com ênfase na transmissão de saberes, ofícios e modos de fazer (Dossiê, 2013, p. 254).

No momento em que os macaratuzeiros estruturam suas reivindicações, entendemos essa ação como um exercício de resistência. Nesse sentido, conforme atestam Andrade e Andrade (2021, p. 12-13), “Nessas lutas e resistências se mostram os novos saberes, objetos e sujeitos”, pois, é na proveniência e emergência deste documento, que são encontradas as relações de poder dos sujeitos. Logo, conforme as autoras, “o poder se exerce [...] por procedimentos e práticas políticas relacionadas a uma formação discursiva, a um saber”. Portanto, observou-se que, por meio das interações entre os maracatuzeiros e o grupo de pesquisadores, respaldados por uma proveniência histórica, ocorre a irrupção do Maracatu enquanto objeto do discurso e que a emergência desse Dossiê é permeada por uma teia de relações de poder que envolve dois lados: o saber dos integrantes dos grupos acerca das suas necessidades em se afirmar enquanto representantes de uma expressão cultural brasileira e o poder de um instituto em legitimar essa manifestação enquanto discurso.

Dessa forma, entende-se que essas relações possibilitaram a construção de um saber por meio de discursos materializados no Dossiê. Conforme Foucault (1987, p. 30), “poder e saber estão diretamente implicados”, ou seja, ao examinarmos os discursos e as práticas que moldam o Maracatu como patrimônio – uma vez que os sujeitos em ação (maracatuzeiros), produziram seus próprios discursos, sobre sua história e existência - podemos revelar as relações de poder subjacentes que possibilitaram tal acepção (relações essas que permitiram uma abordagem mais inclusiva e justa à preservação do patrimônio, reconhecendo e valorizando as diversas narrativas e memórias que compõem nossa história coletiva).

Seguindo por esse viés, devemos entender o discurso como uma prática social que define e constrói a realidade. No contexto do patrimônio histórico, por exemplo, são os próprios discursos que determinam o que é considerado digno de preservação, por isso, o incentivo, por meio de políticas públicas de preservação histórica, se faz cada vez mais necessário no que diz respeito ao fortalecimento de um povo e à manutenção da memória viva.

Na discussão, foi identificado que não há como produzir discursos sem que haja o controle, visto que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer tempo, assim

como não é possível que qualquer um possa legitimar uma ideia como verdade. Dessa forma, as instituições públicas são consideradas uma das instâncias de poder social que são capazes de atribuir relevância e legitimidade a um certo discurso. Nesse sentido, temos como objetivo analisar essa afirmação no bloco “Registro e Salvaguarda”, do Dossiê. Entende-se, nesta pesquisa, que esse documento consiste em um procedimento de controle, pois permite visualizá-lo como uma materialidade discursiva, e como se constituiu enquanto discurso, uma vez que, para Foucault (2014, p. 8-9),

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Para o filósofo, portanto, a produção discursiva é controlada. Nesse caso, temos o Dossiê, elaborado no interior de uma instituição do Estado, a FUNDARPE, buscando ordenar o discurso fornecido pelos maracatuzeiros em reuniões organizadas pela fundação, utilizando a metodologia do IPHAN, na sede da Associação dos Maracatus de Baque Solto. Isso revela uma teia de relações de poder que envolve dois lados: o saber dos integrantes dos grupos de Maracatu e o poder tanto da FUNDARPE quanto do IPHAN, pois enquanto uma das instituições elaborou o material, a outra o analisou, conferindo a relevância de tal expressão para a concessão do título de patrimônio cultural imaterial brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] eles não desejam ser privados, também e ainda por cima, do discurso em que querem poder dizer, imediatamente, sem distância, o que pensam, crêem ou imaginam; vão preferir negar que o discurso seja uma prática complexa e diferenciada que obedece a regras e a transformações analisáveis, a ser destituídos da frágil certeza, tão consoladora, de poder mudar, se não o mundo, se não a vida, pelo menos seu "sentido", pelo simples frescor de uma palavra que viria apenas deles mesmos e permaneceria o mais próximo possível da fonte, indefinidamente. Tantas coisas em sua linguagem já lhes escaparam: eles não querem mais que lhes escape, além disso, o *que dizem*, esse pequeno fragmento de discurso - falado ou escrito, pouco importa - cuja débil e incerta existência deve levar sua vida mais longe e por mais tempo” (Foucault, 1986, p. 239).

A década de 1960 foi um momento de grandes mudanças nas perspectivas teóricas empreendidas nos estudos da linguagem, uma vez que a aliança com outras disciplinas permitiu novos olhares, sobretudo sobre os aspectos exteriores à linguagem. A Análise de Discurso francesa constitui uma dessas disciplinas que buscou respaldo nas Ciências Sociais e na Psicologia, por exemplo, para explicar como o contexto histórico, social e ideológico influencia os sujeitos e a constituição dos discursos em nossa sociedade, saindo de análises abstratas para investigar o real.

Em nosso trabalho, utilizamos os estudos discursivos foucaultianos cujo interesse é compreender como, por meio dos discursos, os poderes e saberes são produzidos e como a produção discursiva é regulada em nossa sociedade. Foucault (1986) enfatiza que, em seus estudos, não busca reduzir suas análises apenas a analisar elementos linguísticos, mas seu interesse está nos discursos, pois eles têm muitas coisas a nos dizer e revelam relações, lutas e transformações sociais. Conforme já mencionado, Michel Foucault vai estabelecer uma relação com a História a partir de seus métodos arqueológico e genealógico, com a proposta de questionar as narrativas tradicionais e a linearidade da história, sobretudo com a História Nova<sup>23</sup>.

Nesta dissertação, procuramos empreender um trabalho com o objetivo de compreender a constituição do Maracatu de Baque Solto como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, a partir da perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault,

---

<sup>23</sup> Se referindo à Foucault, Le Goff (2003, p. 201) relata que: “[...] Ele gostava nos historiadores da “nova história”, entre outros, desse desejo de substituir a historiografia tradicional por uma história da história que estaria sujeita, como o conjunto do campo histórico, a rupturas, a descontinuidades, e não a este majestoso avanço da historiografia tradicional que se vê [...]”.

mobilizando, a princípio, os conceitos de proveniência e emergência para mostrar a irrupção do *Dossiê do Maracatu de Baque Solto*, destacando os principais movimentos que possibilitaram seu surgimento, pois foi através dele que o Maracatu Rural conquistou tal título. A elaboração e construção desse documento nos revelou as regras que tornaram esses discursos possíveis, ou seja, tanto os discursos referentes ao patrimônio imaterial tanto os discursos dos sujeitos participantes dessa expressão. Além disso, identificamos no nosso *corpus* os procedimentos de controle da produção discursiva a fim de apontar a teia de relações de poder que permearam o processo de patrimonialização dessa expressão cultural.

Para que não haja conflitos teóricos ou misturas de aportes, iniciamos nossa justificativa para o uso de tais referentes teóricos seguindo Santos (2013, p. 233), que trata sobre a Análise de Discurso de Michel Pêcheux e assinala que ela passa a ser entendida como uma disciplina interpretativa, pois não está presa às estruturas, como os estudos linguísticos empreendidos por Saussure, afinal, o discurso, nessa perspectiva, é compreendido pelos fatores históricos e sociais “em que a linguagem é apreendida não como mera unidade significativa, passível de decodificações, mas como efeito de sentido entre sujeitos”. A autora ainda destaca que Pêcheux nos deixa como legado, em seu percurso teórico, não um modelo fechado, mas sim um terreno aberto para entender os discursos em uma disciplina que está em constante (des)construção e consideramos que o trabalho desenvolvido por Michel Foucault, embora ambos tenham projetos que em alguns momentos se distinguem, esteja, conforme Gregolin (2006), dentro dos diálogos - e também duelos - na construção da análise do discurso, possibilitando a interpretação de diferentes materialidades.

Para além dessas considerações, ressaltamos, também, a importância desse trabalho para a divulgação do Maracatu de Baque Solto. Apesar de ser considerado um Patrimônio Brasileiro, ainda é uma manifestação pouco conhecida em território nacional. Durante o levantamento de dados, observamos que os trabalhos desenvolvidos sobre o Maracatu Rural, em geral, concentram-se na região Nordeste. Procuramos, dessa forma, contribuir com a disseminação dessa manifestação cultural para apresentar as diferentes formas de viver, fazer e criar dos cidadãos brasileiros e evidenciar a pluralidade da nossa cultura.

Nosso estudo, portanto, confirma a tese foucaultiana de que os discursos estão inseridos em uma ordem e que eles são selecionados, organizados e controlados. Por meio dessa organização, observamos como os saberes e os poderes se exercem na

sociedade e a existência de um jogo de relações que moldam as práticas sociais e os processos de subjetivação dos sujeitos, numa interação que envolve tanto submissões quanto resistências, como é o caso do Maracatu Rural que, mesmo com as inúmeras dificuldades encontradas para a sua continuidade, ainda resiste e abrilhanta as ruas de Pernambuco com seus personagens, sua música, suas práticas e conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMORIM, Maria Alice. Baque Solto: Invento folgazão. In: FRANÇA, Jacira; SOUZA, Marcelo Renan de. **Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco**: patrimônio cultural imaterial de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 2018.

ANDRADE, Mario de. **Danças Dramáticas do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

ANDRADE, Ana Paula; ANDRADE, Fernanda Batista Moreira de. Procedimentos de controle do discurso em Michel Foucault: uma leitura possível. **Revista Vagalume**. v. 01, n. 01, 2021

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Javali, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. p. 496. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

BRITO, Fabelly Marry Santos. **“Maracatu não é par, é ímpar”**: práticas culturais, representações e identidades no maracatu rural de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campina Grande. Campina Grande, 2020.

BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. Da comunicação ao discurso: um lugar para o sujeito nos estudos da linguagem. **Fragmentum**, n. 30. Laboratório Corpus: UFSM, Jul./Set. 2011.

CÂMARA JR., J. M. O estruturalismo. **ALFA**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 11, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3298>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CASTRO, **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHITUNDA, Paulo Alexandre Sicato. **Entre missas e batuques**: Irmandade de *Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Recife*, Goiana e Olinda – Século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: REIS, Alcenir Soares dos; FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. **Patrimônio Imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 25-49, 2015.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.24. n.1. p. 75-98, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119839>. Acesso em: 02 out. 2024.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020.

CORSINO, Célia Maria. Apresentação. In: **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

COSTA, Aline de Caldas; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de *A ordem do discurso*, de Michel Foucault. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 161, outubro/2014.

PAOLI, Paula de. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção moderna do passado. **Artigo, UFRJ**, 2004. Disponível em: <http://corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/PaulaDePaoli.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

DOSSIÊ DO MARACATU NAÇÃO: **Inventário Nacional De Referências Culturais** – Maracatu Nação. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE\\_MARACATU\\_NA%C3%87%C3%83O.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em: 02 de abril de 2024.

DOSSIÊ DO MARACATU DE BAQUE SOLTO: **Inventário Nacional de Referências Culturais** – Maracatu de Baque Solto. Recife, 2013. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA\\_MARACATU\\_RURAL.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_MARACATU_RURAL.pdf). Acesso em: 07 de abril de 2024.

FERNANDES, Cleudemar Alves; SÁ, Israel de. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Campinas: Pontes Editores, 2021.

FERNANDES, Cleudemar Alves; CONTI, Maria Aparecida; MARQUES, Welisson. **Michel Foucault e o discurso**: aportes teóricos e metodológicos. Uberlândia: EDUFU, 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; FERREIRA, Luzmara Curcino; SARGENTINI, Vanice. **Presenças na Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 107-124.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Políticas culturais**: teorias e práticas, 2010. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/18412>. Acesso em: 07 out. 2024.

FERNANDES, Natalia Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 173-192, jan.-jun. 2013.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a História. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 62-77.

FOUCAULT, Michel. Da arqueologia à Dinástica. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 48-60.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, n. 5, p. 2060-277, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4995/3537>. Acesso em: 10 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GUERRA-PEIXE, César. **Maracatus do Recife**. 2. ed. Recife: Irmãos Vitali/ FCCR, 1980.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Guerra Peixe e os maracatus no Recife: trânsitos entre gêneros musicais (1930-1950). **ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 235-251, jan.-jun. 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; LIMA, Ivaldo Marciano de França. Os Maracatus-Nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-1990). **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, jan./jun. 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

KOSLINSKI, Anna Beatriz Zanine; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Maracatus-Nação e a espetacularização do sagrado. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 39(1): 147-169, 2019.

LE GOFF, Jacques. Foucault e a “nova história”. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, v. 10, p. 197-209, 2003.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. As “origens” dos Maracatus-Nação do Recife: uma história linear e sem transformações? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 255-282, maio/ago. 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Maracatus-Nação e religiões afro-descendentes: uma relação muito além do carnaval. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 167-183, 2006.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. IX-XXV.

MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar. **Discurso parodístico: a materialidade discursiva de um gênero de humor**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

MACIEL JR, Aterives. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 01-08, jun. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912014000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso: em 26 abr. 2024.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso - um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. **Revista Semen**, n. 8, p. 107-119, 1993.

MARTINS, Patricia. “Somos todos mestiços”: patrimônio imaterial como objeto de política pública no Brasil. **Cadernos NAUI**, v. 2, n. 2, p. 31-50, jan-jun 2013.

MAZIÉRE, Francine. **A análise do discurso**: histórias e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEDEIROS, Roseana Borges de. **Maracatu Rural**: luta de classes ou espetáculo? Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro**: 1964-1985. São Paulo: Atual, 1998.

NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Revista Moara**, n. 57, v. 1, p. 8-33, ago-dez 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007).

ORLANDI, Eni. **O que é Linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Ponte Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PEREIRO, Xerardo. Património cultural: o casamento entre património e cultura. **Adra**, n. 1, Santiago de Compostela, p. 23-41, 2006.

PRADO FILHO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 311-327, jul.-dez. 2017.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. **Onde cultura é política: movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2010.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Ministério da Educação e Cultura. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro, 1967.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Rosana Maria dos. Maracatus de Baque Solto: da intervenção ao espetáculo. **Anais Eletrônicos** do VI Colóquio de História. Universidade Católica de Pernambuco, 2013. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/6Col-p.325-334.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SARGENTINI, Vanice. Ecos da arqueogenealogia de Michel Foucault na análise da imagem: retratos do homem político na mídia. In: PIOVEZANI, Carlos; Luzmara Curcino; SARGENTINI, Vanice. **Presenças na Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 107-124.

SAUSSURE, Ferdinand de Saussure. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

SILVA, Giorge Patrick Bessoni e. **O que eu ganho com isso: desafios da sustentabilidade econômica do patrimônio imaterial a partir do Maracatu de Baque Solto**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Noshua Amoras de Moraes e. (Contra)discursos da mistura e a relação afroindígena no maracatu da Zona da Mata Norte de Pernambuco. **Revista Claves**, vol. 9, n. 14, 2020.2.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 209-234.

SOCIO, Luama. As palavras e as coisas: uma história do pensamento que nos ajuda a entender a emergência da questão do sujeito na filosofia moderna. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 7 – n. 12, p. 58-69, jan./jun. 2016.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo Análise de Discurso: linguagem, sociedade e ideologia**. Manaus: Editora Valer, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**. Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Editora 34, 2012.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2005. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2024.

VASCONCELOS, Tamar Alessandra Thalez. **As subjetividades e feminilidades no Coração Nazareno**: Um estudo etnográfico em um Maracatu de Baque Solto Feminino de Nazaré da Mata. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

VICENTE, Ana Valéria. **Maracatu rural** – o espetáculo como espaço social: um estudo sobre a valorização da imprensa e da mídia. Recife: Associação Reviva, 2005.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. **A festa do Estado e o brinquedo para os populares**: Histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.